

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA
2020



TII

ALIENAÇÃO DE MATERIAL DE GUERRA NAS FORÇAS ARMADAS

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

Fernando Miguel da Costa Sequeira Leitão
CAPITÃO ENGEL



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

ALIENAÇÃO DE MATERIAL DE GUERRA NAS FORÇAS
ARMADAS

CAP/ENGEL Fernando Miguel da Costa Sequeira Leitão

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA 2019/2020

2ª Edição

Pedrouços 2020



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

ALIENAÇÃO DE MATERIAL DE GUERRA NAS FORÇAS
ARMADAS

CAP/ENGEL Fernando Miguel da Costa Sequeira Leitão

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA 2019/2020

2ª Edição

Orientador: TCOR/ENGAER Marco Milharadas

Coorientador: TCOR/ADMAER Nuno Santos

Pedrouços 2020



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Fernando Miguel da Costa Sequeira Leitão**, declaro por minha honra que o documento intitulado **Alienação de Material de Guerra nas Forças Armadas** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial Superior FA 2019/2020, 2ª Edição** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 16 de julho de 2020

Fernando Miguel da Costa Sequeira Leitão



Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas, com quem tenho tido contato ao longo da vida, e que me têm ajudado a ser a pessoa que sou nos dias de hoje.

Aos meus Orientador, Tenente-Coronel Marco Milharadas, e Coorientador, Tenente-Coronel Nuno Santos, pelo tempo, disponibilidade e conhecimento concedidos e que permitiu que este trabalho tivesse chegado a bom porto.

Aos diversos entrevistados, que dentro das suas atividades profissionais e pessoais, conseguiram disponibilizar um pouco do seu tempo e saber, para me ajudarem a dar suporte e consolidação à investigação.

Às amigas e amigos, que tenho encontrado ao longo do meu percurso, tendo o seu apoio e amizade sido fundamental, para me ajudar a seguir em frente.

Aos meus Pais, Martim, Matilde e Mano que são a razão da minha existência e me têm acompanhado em todos os momentos, um obrigado do tamanho do Universo.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e conceptual	3
2.1. Estado da arte.....	3
2.2. Conceitos estruturantes	4
2.3. Modelo de análise	6
3. Metodologia e método	7
3.1. Metodologia.....	7
3.2. Método	7
3.2.1. Participantes e procedimentos	7
3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	8
3.2.3. Técnica de tratamento de dados	8
4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados	9
4.1. Relação da Alienação de Material de Guerra com a orgânica do Estado	9
4.2. A legislação Europeia	11
4.3. A Alienação de Material de Guerra	11
4.4. A alienação de material no ciclo de vida	12
4.4.1. Processo de <i>disposal</i>	15
4.4.2. Etapa de <i>retirement</i>	17
4.5. O ambiente.....	19
4.6. O procedimento de alienação.....	20
4.7. Entrevistas e sua análise	23
5. Conclusão.....	30
Referências bibliográficas	33

Índice de Anexos

Anexo A — Definição de Material de Guerra	Anx A-1
---	---------



Índice de Apêndices

Apêndice A —	Quadro comparativo da legislação nacional ao nível da alienação do material de guerra desde 1952	Apd A-1
Apêndice B —	Legislação relativa aos organismos responsáveis pela AMG	Apd B-1
Apêndice C —	Quadro conceptual.....	Apd C-1
Apêndice D —	Questões da entrevista.....	Apd D-1

Índice de Figuras

Fig. 1 – Conceito de Sistema	5
Fig. 2 – Etapas do ciclo de vida um sistema e a sua implementação nacional.....	14
Fig. 3 – Estrutura documental da gestão do ciclo de vida da NATO	14
Fig. 4 – Panorama geral da estrutura do ciclo de vida.....	15
Fig. 5 - Número de atividades por etapa.....	16
Fig. 6 – Processo de <i>disposal</i> na etapa do desenvolvimento	17
Fig. 7 - Etapa de <i>retirement</i>	19
Fig. 8 – O ciclo da economia circular.....	19
Fig. 9 - O ciclo da economia circular de um recipiente.....	19
Fig. 10 – Respostas à questão 1 do apêndice D.....	24
Fig. 11 – Respostas à questão 2 do apêndice D.....	24
Fig. 12 – Respostas à questão 3 do apêndice D.....	24
Fig. 13 – Respostas à questão 4 do apêndice D.....	24
Fig. 14 – Respostas à questão 5 do apêndice D.....	25
Fig. 15 – Respostas à questão 6 do apêndice D.....	25
Fig. 16 – Respostas à questão 7 do apêndice D.....	26
Fig. 17 – Respostas à questão 8 do apêndice D.....	26
Fig. 18 – Respostas à questão 9 do apêndice D.....	27
Fig. 19 – Respostas à questão 10 do apêndice D.....	27
Fig. 20 – Respostas à questão 11 do apêndice D.....	28
Fig. 21 – Respostas à questão 12 do apêndice D.....	28



Resumo

O objetivo desta investigação é o de identificar formas de otimizar o processo de Alienação de Material de Guerra, a fim de contribuir para a melhoria do seu ciclo de decisão.

Partiu-se de uma análise crítica à legislação específica relativa à Alienação de Material de Guerra, que se encontra em vigor há mais de 30 anos, em contraponto com o estado da arte relativo às orientações e diretivas, quer nacionais quer internacionais (nomeadamente, da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte). Foram também elaboradas um conjunto de 12 perguntas, que foram submetidas a elementos em posições de decisão, quer nacional, quer internacional, e com elevadas competências técnicas, quer na sua função atual, quer no seu percurso profissional, na área da Alienação de Material de Guerra.

Este estudo caracteriza-se por um raciocínio indutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa reforçada em determinados casos pela quantitativa e num desenho de pesquisa de tipo transversal.

Como resultado da investigação, apresentam-se um conjunto de medidas que permitem a otimização do processo de Alienação de Material de Guerra, assim como uma base de trabalho que pode ajudar a acelerar o seu processo de concretização.

Palavras-chave

Alienação de Material de Guerra, Produtos Relacionados com a Defesa, Forças Armadas, Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



Abstract

The aim of this investigation is to identify ways to optimize the excess defense articles (war material) process, in order to contribute to the improvement of its decision cycle.

It started from a critical analysis of the specific legislation related to the excess defense articles, which has been in force for over 30 years, in contrast to the state of the art regarding both national and international (namely from European Union and North Atlantic Treaty Organization) guidelines and directives,. A set of 12 questions were also prepared, which were submitted to elements in decision positions, both national and international, and with high technical skills both in their current role and in their professional career, related to the excess defense articles.

This study is characterized by an inductive type of reasoning, based on a qualitative research strategy reinforced in certain cases by the quantitative and a cross-sectional research design.

As a result of the investigation, a set of measures are presented that will allow the optimization of the excess defense articles process, as well as a work base that may help to accelerate its implementation process.

Keywords

Excess Defense Articles, Defence-Related Products, Armed Forces, National Armament Directorate



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AAP	<i>Allied Administrative Publication</i>
AMG	Alienação de Material de Guerra
CCP	Código dos Contratos Públicos
CE	Comunidade Europeia
CJM	Código e Justiça Militar
CPA	Código do Processo Administrativo
CPDDS	Contratação Pública nos Domínios da Defesa e da Segurança
D3	<i>Demilitarization, Dismantling and Disposal</i>
DADAQ	Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade
DAJC	Divisão de Análise Jurídica e Contratual
DGA	Direção-Geral de Armamento
DGAED	Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGAIED	Direção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
DIL	Divisão de Indústria Logística e Investigação e Desenvolvimento
DL	Decreto-Lei
DSAE	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
DSQA	Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS
ES	<i>Enabling Systems</i>
FFAA	Forças Armadas
FSS	Forças e Serviços de Segurança
INCOSE	Conselho Internacional em Engenharia de Sistemas
INDEP	Indústrias Nacionais de Defesa, E.P.
LCMG	<i>Life Cycle Management Group</i>
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LTCPRD	Lei aplicada à Transmissão e Circulação de Produtos Relacionados com a Defesa
MAI	Ministério da Administração Interna



MDN	Ministério da Defesa Nacional
MG	Material de Guerra
ML	<i>Military List(s)</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
Nsnr	Não sabe ou não responde
NSPA	<i>NATO Support and Procurement Agency</i>
OE	Objetivo(s) Específico(s)
OG	Objetivo Geral
PD	Pergunta(s) Derivada(s)
PDU	Produto(s) de Dupla Utilização
PRD	Produto(s) Relacionado(s) com a Defesa
R	Resposta
RQ	Resposta à Questão
SLCM	Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas
SOI	<i>System-of-Interest</i>
TII	Trabalho de Investigação Individual
Tvz	Talvez



1. Introdução

Este trabalho de investigação versa sobre a Alienação de Material de Guerra (AMG) nas Forças Armadas (FFAA), enquadrando-se no domínio dos elementos complementares, ciências da engenharia, engenharia de manutenção e qualidade.

De acordo com o Despacho n.º 10972/2015, de 25 de setembro, a competência para a coordenação e promoção dos processos de alienação e desmilitarização de armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa, assegurando apoio técnico, emitindo pareceres e propondo os respetivos procedimentos de contratação pública, reside na Divisão de Alienações, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

Os processos de AMG usualmente envolvem diversas entidades, quer nacionais¹ quer internacionais². Se os diferentes intervenientes não tiverem um contacto próximo, e se as etapas do processo não estiverem bem definidas e uniformizadas, o tempo decorrido entre a iniciação do processo e a sua conclusão pode derrapar por vários meses ou mesmo anos em relação à previsão inicial.

Nesse sentido, com este tema pretende-se explorar as diferentes fases que decorrem de um processo de AMG, no sentido de contribuir para a promoção de um modelo de intervenção que permita agilizar processos de alienação, valorizando os recursos humanos e materiais que ao longo destes últimos anos se têm tornado cada vez mais escassos.

Desta forma, a presente investigação tem por objeto a AMG, sendo à luz do preconizado por Santos e Lima (2016, p. 44), delimitada pelos seguintes domínios:

- Temporal: prevê-se um intervalo de tempo entre 2015 e a atualidade;
- Espacial: prevê-se o universo relacionado com a defesa nacional;
- De conteúdo: orientações e diretivas nacionais e internacionais.

É Objetivo Geral (OG) deste Trabalho de Investigação Individual (TII) identificar formas de otimizar o processo de AMG, a fim de contribuir para a melhoria do seu ciclo de decisão.

¹ A título de exemplo, DGRDN, Ministério da Defesa Nacional (MDN), Ministério da Administração Interna (MAI), Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e extinta EMPORDEF.

² A título de exemplo, Adidos Militares das Embaixadas de Portugal, *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) *Life Cycle Management Group* (LCMG), grupo *Demilitarization, Dismantling and Disposal* (D3) da *NATO Support and Procurement Agency* (NSPA), Governo dos Estados Unidos da América, Governo da Roménia, Governo Espanhol, Governo do Uruguai.



Face ao enquadramento anterior é definida a seguinte pergunta de partida “De que forma é possível otimizar o processo de AMG em Portugal?”,

Para atingir o OG concorrem os Objetivos Específicos (OE) seguintes:

OE1: Analisar o processo de AMG nacional face às orientações e diretivas nacionais;

OE2: Analisar o processo de AMG nacional face às orientações e diretivas internacionais.

Para alcançar os OE são estabelecidas as seguintes perguntas derivadas (PD):

PD1: “De que forma o processo de AMG nacional acolhe as orientações e integra as diretivas nacionais?”

PD2: “De que forma o processo de AMG nacional acolhe as orientações e integra as diretivas internacionais?”

No sentido de atingir os objetivos pretendidos e seguindo o previsto na NEP/INV 001, de setembro de 2018 e NEP/INV 003 (A1), de fevereiro de 2020, o TII está estruturado em cinco capítulos, incluído a Introdução e Conclusão. O segundo capítulo é dedicado a apresentar o estado da arte e o modelo de análise. No terceiro capítulo enuncia-se a metodologia assim como o método aplicado a este trabalho. No quarto capítulo é efetuada uma análise do estado atual do processo de AMG, e do seu enquadramento face à legislação, normas e mais acervos em vigor, no sentido de ser desenvolvido um “quadro” que integre os aspetos possíveis de melhoria.

No último capítulo são expostas as conclusões do trabalho e suas implicações, os contributos para o conhecimento e as limitações da investigação. São ainda apresentadas recomendações, destacando-se, a necessidade de revisão da atual legislação específica da AMG, assim como propostas de trabalhos futuros.



2. Enquadramento teórico e conceptual

2.1. Estado da arte

A AMG em Portugal é regulamentada pelo Decreto-Lei (DL) n.º 48/89, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 223/92, de 20 de outubro (referido daqui em diante apenas por DL 48/89). Esta é a lei específica no que diz respeito à AMG e demais equipamentos militares desnecessário às FFAA, não fazendo, porém, referência ao procedimento relativo ao material da mesma natureza existente nas Forças e Serviços de Segurança (FSS).

A alienação de material, tem como objetivo, recuperar para os cofres do Estado receita passível de aplicação na substituição do material alienado por outro tecnicamente mais atualizado e operacionalmente necessário, tendo em vista interesses de natureza estratégica, e libertar as FFAA de encargos de armazenagem e manutenção de artigos obsoletos e inúteis.

O DL 48/89 encontra-se desenvolvido em seis artigos, sendo nele definidas as competências do procedimento de AMG, assim como da identificação do material de guerra disponível para alienação. Mais se refere por quem é intermediada a alienação, e quais as restrições da mesma para território nacional, bem como os fatores a acautelar para a salvaguarda do interesse nacional.

Importa, portanto, efetuar-se uma retrospectiva da matéria de lei relativa à evolução desta temática, bem como, da evolução dos princípios e conceitos que foram decorrendo desde o ano de 1952 até aos dias de hoje, no sentido de se enquadrar este tema e projetar qual pode ser o melhor caminho a seguir. Este exercício encontra-se compilado no Apêndice A.

Mais recentemente, foi aprovada nova legislação, quer nacional quer europeia, que se interliga com este processo:

- Ao nível da União Europeia foi aprovada a Directiva 2009/43/CE, de 6 de maio, da Comissão Europeia (CE), relativa à simplificação das condições de transferência de produtos relacionados com a defesa da Comunidade;
- Ao nível nacional foi transposto para o ordenamento jurídico nacional a Directiva 2009/81/CE de 13 de julho, da CE, através do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, no que à disciplina aplicável à contratação pública nos domínios da defesa e da segurança (CPDDS) diz respeito; foram introduzidas alterações ao nível do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo em vista a transposição de diretivas



européias, plasmadas no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual;

– Ao nível ambiental foi demonstrada uma crescente preocupação com as questões ambientais. Foram publicadas diversas leis e normas que devem ser consideradas nos atuais processos de alienação.

Além de alterações substantivas na legislação, existiram também alterações no ordenamento institucional relacionado com esta temática. No âmbito das FSS, a Polícia de Segurança Pública, embora possuindo material de guerra, não se encontra enquadrada nesta legislação.

2.2. Conceitos estruturantes

No sentido de se efetuar o devido enquadramento do trabalho é importante o alinhamento com os seguintes conceitos estruturantes:

Alienação: juridicamente é a transmissão do direito de propriedade sobre um bem (Infopedia, 2020);

Material de guerra: apresentada no anexo A, de acordo com o art.º 7.º do Anexo do Código de Justiça Militar (CJM), da Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro, na sua revisão atual. Atendendo a que a regulamentação específica que define as condições para a AMG não apresenta qualquer definição, entende-se que esta é a que melhor caracteriza o presente conceito;

Produtos e equipamentos relacionados com a defesa: de acordo com o art.º 3.º da Diretiva 2009/43/CE de 6 de maio, da CE, «Produto relacionado com a defesa» [PRD], é qualquer produto enunciado no seu anexo. O anexo tem a designação de “Lista de Produtos Relacionados com a Defesa”, iniciando-se na *Military List* 1 (ML1), e terminando na ML22. Refira-se que esta mesma lista é transposta na legislação nacional através de revisões à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho;

Utilização final militar: de acordo com o parágrafo 2 do art.º 4.º do Regulamento 428/2009, de 5 maio, da CE, por «utilização final militar» entende-se:

- a) A incorporação em produtos para fins militares incluídos na lista de material de guerra dos Estados-Membros;
- b) A utilização de equipamento de produção, ensaio e análise e dos respetivos componentes para o desenvolvimento, produção ou manutenção de produtos para fins militares incluídos na lista acima referida;
- c) A utilização de qualquer tipo de produtos não acabados numa instalação de fabrico de produtos para fins militares incluídos na lista acima referida;

Sistema: este conceito e à luz da *Allied Administrative Publication* (AAP) 20 é definido com um *System-of-Interest* (SOI) e de todos os *Enabling Systems* (ES) (*enablers*) relacionados com o SOI. O SOI consiste na soma de subsistemas, componentes principais, componentes e peças, para atender a um objetivo específico e definido, diferenciado de outros sistemas. Os ES suportam um SOI durante o ciclo de vida do sistema, mas não contribuem necessariamente, e diretamente, para a sua função durante a operação. Exemplos são simuladores, equipamentos de apoio auxiliar, ferramentas e *spare parts* (AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 7).

Na Fig. 1 apresenta-se a estrutura relativa ao conceito de sistema:

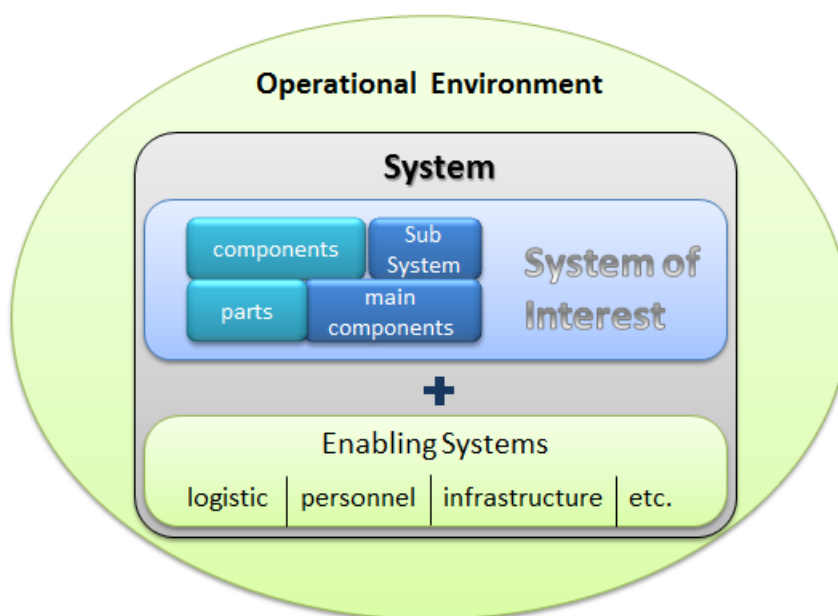


Fig. 1 – Conceito de Sistema

Fonte: (AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 7).

Disposal: O objetivo do processo de *disposal* é o de apoiar os programas na remoção de um sistema, elementos de sistemas ou ativar sistemas oriundos do ambiente operacional, com a intenção de terminar com a sua existência, de acordo com todos os requisitos legais e normativos relativos à *safety*, *security* e ambiente (AAP-48 Ed. C V. 1 - *Ratification Draft* 0, 2020, p. 162);

Retirement: A etapa do *retirement*³ corresponde à etapa em que o bem chegou ao seu final do ciclo de vida, e em que o mesmo é armazenado, arquivado ou *dispose* (International Council on Systems Engineering, 2015, p. 28). É referido pela *Allied Logistic Publication* ALP-10, que esta etapa corresponde à desmilitarização e *dispose* do SOI no final da sua vida

³ Designação utilizada ao nível das publicações especializadas na área.



útil, assim como a remoção dos serviços operacionais e de suporte (ALP-10 Ed. 2, 2011, p. C-6).

Não sendo considerado, na presente investigação, como conceito estruturante, mas que importa ser referido⁴, o de **produtos de dupla utilização (PDU)**:

Quaisquer produtos, incluindo suportes lógicos e tecnologia, que possam ser utilizados tanto para fins civis como para fins militares, incluindo todos os bens que possam ser utilizados tanto para fins não explosivos como para auxiliar no fabrico de armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares. (Regulamento (CE) n.º 428/2009, de 05 de maio, 2009, p. 3)

2.3. Modelo de análise

A fase analítica, é orientada para:

- Analisar a legislação atualmente em vigor (nacional e internacional);
- Analisar esta realidade (praxis) na DGRDN e nos ramos das FFAA;
- Analisar o impacto desta matéria na preservação do meio ambiente.

Com esta análise pretende-se chegar a um conjunto de conclusões e recomendações, que permitam aos órgãos decisores o desenvolvimento de um planeamento, e respetiva programação, por forma a que seja possível um aproveitamento dos recursos e sinergias no âmbito da defesa nacional, promovendo-se a interoperabilidade e salutar cooperação entre os diferentes atores no processo.

No apêndice C apresenta-se o respetivo quadro conceptual ou modelo de análise.

⁴ Atendendo à sua ligação e fronteira com o presente tema.



3. Metodologia e método

Nos subcapítulos seguintes apresentam-se a metodologia e o método aplicados na presente investigação.

3.1. Metodologia

A proposta de metodologia para esta investigação baseia-se no manual “Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação” (Santos & Lima, 2016). Metodologicamente, este estudo caracteriza-se por um raciocínio indutivo, assente numa estratégia de investigação qualitativa reforçada em determinados casos pela quantitativa e num desenho de pesquisa de tipo transversal.

Na fase exploratória procedeu-se à recolha de informação no sentido de permitir avaliar o estado da arte relativo ao quadro conceptual. Foi feita uma pesquisa de fontes baseada em legislação (*hard law*), e normas técnicas (*soft law*) relacionadas com o ciclo de vida dos bens, e mais em específico com a sua fase de retirada de serviço. Foram analisadas publicações de origem nacional e internacional, tendo-se procedido à sua organização em acervo digital com um critério que permita a sua mais fácil pesquisa no decurso da realização do TII. Foram feitas entrevistas exploratórias ao nível da defesa nacional.

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimentos

Na fase analítica os participantes que contribuíram para a investigação foram:

- Pela DGRDN/Diretor de Serviços de Qualidade e Ambiente e representante para Portugal no grupo D3 da NSPA, Coronel Rui Magalhães;
- Pela DGRDN/DADAQ, e representante para Portugal no grupo D3 da NSPA, Tenente-Coronel Mário Figueiredo;
- Pela DGRDN/DADAQ, e representante para Portugal no grupo LCMG da NATO, Tenente-Coronel José Dias,
- Pela DGRDN/DADAQ, Capitão-Tenente Ramos de Brito⁵;
- Pela DGRDN/Divisão de Planeamento e Programação, Tenente-Coronel Manuel Marques;
- Pela DGRDN/Divisão de Análise Jurídica e Contratual (DAJC), até 2019, Dr. Ricardo Vozzone;

⁵ De referir que foi colocado no presente ano de 2020 na DGRDN/DADAQ, desempenhando anteriormente funções ao nível da Marinha na AMG.



– Pela Força Aérea, Chefe da Repartição de Logística da Divisão de Recursos do Estado-Maior, Tenente-Coronel Marco Milharadas.

O procedimento consistiu num contato inicial, efetuado via comunicação telefónica para se verificar da disponibilidade, sendo posteriormente enviada a entrevista com recurso ao canal digital. Salienta-se que, até à data limite para entrega do TII, não foram recebidas as respostas às entrevistas dos atuais intervenientes no processo da parte do Estado-Maior da Armada e do Exército.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Os dados presentes neste documento foram recolhidos pelo acesso a fontes abertas, disponíveis em organismos da defesa nacional, e a entrevistas estruturadas em que a comunicação foi efetuada por correio eletrónico⁶.

3.2.3. Técnica de tratamento de dados

Relativamente aos dados obtidos através das entrevistas estruturadas, foi utilizada uma técnica de análise do conteúdo em que se desprezaram os aspetos formais e se efetuou uma avaliação quantitativa em quatro parâmetros; Sim; Não; Talvez (Tvz) e Não sabe ou não responde (Nsnr). Por cada uma das questões foi também destacada e apresentada a informação considerada de maior importância na sua análise qualitativa.

Quanto ao estado da arte e revisão da literatura, foi analisada diversa legislação e normativos a nível nacional e internacional (e.g., União Europeia e NATO), tendo sido estruturados apêndices e destacada informação ao longo do trabalho, que permitisse, não só, contribuir para o cumprimento do OG, mas também auxiliar em trabalhos futuros.

⁶ Devido ao momento atual de pandemia *Covid-19*.



4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Neste capítulo apresenta-se a informação utilizada para efetuar a investigação, assim como a sua análise e discussão, orientadas no sentido de se dar resposta à pergunta de partida.

4.1. Relação da Alienação de Material de Guerra com a orgânica do Estado

Como se pode observar pelo apêndice A, a competência para a AMG é do MDN desde 1952. Desde o DL 48/89, tem sido delegada a competência para a condução do procedimento em determinada direção da sua estrutura orgânica.

O apêndice A permite também observar que até à publicação do DL 271/76, de 12 de abril, a AMG ou naval, munições e equipamentos militares carecia da autorização do MDN. Pela publicação do DL 271/76, foi permitido à Força Aérea a alienação de material excedentário, obsoleto ou sem interesse operacional. Com base no historial apresentado, observa-se que tem existido uma distinção da entidade em que é delegada a competência para a AMG e material de natureza diferente deste.

Com a publicação do DL 48/89, a competência para a alienação de todo o material de guerra, naval, terrestre ou aéreo, não necessário à mobilização das FFAA nem cativo a obrigações internacionais assumidas pelo Estado e que seja considerado disponível, recaía na Direção-Geral de Armamento (DGA)⁷.

No entanto, essa Direção-Geral foi extinta com a publicação do DL n.º 47/93, de 26 de fevereiro, que veio reformular a Lei Orgânica do MDN, tendo a competência relativa aos processos de alienação sido integrada na Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED).

Mais alterações decorreram neste sentido, apresentando-se no apêndice B a evolução da estrutura orgânica do MDN⁸ até ao presente. Este apêndice apresenta quatro colunas, sendo o seu significado exposto no seu rodapé. Como se pode observar, a competência para alienar material de guerra é atualmente da DGRDN, sendo que isso não está refletido no DL 48/89, que ainda rege a AMG.

No apêndice B são também apresentados dados relativos à evolução das empresas INDEP (Indústrias Nacionais de Defesa, E.P.) e a EMPORDEF (Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS). Alude referir que a EMPORDEF, que havia incorporado a INDEP, foi

⁷ Criada pelo DL n.º 46/88, de 11 de fevereiro, com o propósito de promover a institucionalização de uma estrutura de apoio ao prosseguimento das atribuições do diretor nacional de Armamento.

⁸ No que à AMG diz respeito.



recentemente liquidada, conforme despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro, existindo, portanto, a necessidade de corrigir esta situação.

Atualmente, estão previstas as seguintes diretivas e orientações no que a órgãos e organismos do Estado diz respeito:

- Compete ao Governo orientar e fiscalizar a lei de programação militar e do orçamento de defesa nacional, bem como a respetiva gestão patrimonial (Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho, 2009, p. 4544);
- O Ministro da Defesa Nacional assegura a elaboração e execução da política de defesa nacional e das FFAA, orientando e fiscalizando a gestão patrimonial, assim como elaborar e dirigir a política nacional de armamento e de equipamentos da defesa nacional (Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho, 2009, p. 4544);
- O MDN “é o departamento governamental que tem por missão a preparação e execução da política de defesa nacional e das FFAA no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela Lei de Defesa Nacional” (Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, 2014, p. 6375). o MDN prossegue as suas atribuições através das FFAA e dos serviços integrados na administração indireta do Estado nos quais se incluem a DGRDN;
- Compete ao Conselho de Chefes de Estado-Maior definir as orientações relativas à gestão dos recursos afetos às FFAA no seu conjunto (Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, p. 4344-[5]);
- As FFAA integram-se na administração direta do Estado, através do MDN, com a organização que consta da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), e compreendem o EMGFA e as FFAA (Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, 2014, p. 6376);
- A DGRDN enquadra-se na estrutura orgânica do MDN, estando definido que tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional, bem como a atribuição de planejar, coordenar e executar atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização (Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, 2014, pp. 6378-6379). Anteriormente, semelhante atribuição recaía na Direção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa (DGAIED) (Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro, 2011, p. 5478),



porém “em cooperação com o EMGFA, os ramos das Forças Armadas e o MAI”. Ou seja, a cooperação com o MAI não transitou para a nova legislação, entendendo-se que tal deveria ter sucedido, pois o MAI possui Material de Guerra (MG). As competências relativas à aquisição e manutenção dos equipamentos encontram-se atribuídas à Direção de Serviços de Armamento e Equipamento (DSAE). As competências relativas à alienação e desmilitarização encontram-se presentes na Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente (DSQA)/DADAQ.

4.2. A legislação Europeia

Ao nível da União Europeia as políticas definidas para o tema são ditadas usualmente pelo Conselho da União Europeia no âmbito da Política Externa de Segurança Comum, através de Ações Comuns, Diretivas e Decisões.

Da pesquisa efetuada, verifica-se que não existe uma referência ao conceito de AMG, e de que a referência ao termo MG apenas é efetuada nas listas referentes ao material de dupla utilização. Na legislação relativa aos PRD, e que são incorporados em legislação nacional (conforme vem sendo elencado ao longo de parágrafos anteriores), não existe referência ao termo MG.

Em grande medida, e relativamente ao âmbito deste tema, e dos produtos e equipamentos relacionados com a defesa, existe a obrigatoriedade de Portugal efetuar a transposição das diretivas europeias para a legislação nacional, tendo como exemplo o CCP, a lei aplicada à Transmissão e Circulação de Produtos Relacionados com a Defesa (LTCPRD) e a CPDDS.

4.3. A Alienação de Material de Guerra

O CJM⁹, define, à luz do seu artigo 7.º, um conjunto de bens com a natureza de material de guerra presentes nas FFAA em sua maioria, mas também nas FSS.

De acordo com a regime jurídico das armas e suas munições, na sua redação atual: «Equipamentos, meios militares e material de guerra» são os equipamentos, armas, engenhos, instrumentos, produtos ou substâncias fabricadas para fins militares e utilizados pelas Forças Armadas e forças e serviços de segurança (Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, 2006, p. 1465).

⁹ Lei n.º 100/2003 de 15 de novembro.



O regime jurídico das armas e suas munições, de 2006, referia¹⁰ que são armas, munições e acessórios da classe A os equipamentos, meios militares e material de guerra. Na sua versão mais recente, a de 2019¹¹, é referido que são armas, munições e acessórios de classe A, os bens e tecnologias militares classificados na Lista Militar Comum, publicada em diploma legal. O diploma legal a que refere é a LTCPRD. Como se pode observar, existiu uma adaptação relativa à classificação dos bens e tecnologias militares. Nesse sentido, entende-se de relevante importância efetuar o mesmo exercício no caso do MG.

A LTCPRD contém o anexo I onde se encontra a Lista Militar Comum da União Europeia aprovada pela Diretiva n.º 2010/80/EU, de 22 de novembro, da Comissão. Essencialmente, e devido a esse anexo I, que contém a designação dos bens, tecnologias e serviços militares, a LTCPRD é alvo de revisões muito frequentes. A versão mais recente da LTCPRD é o Decreto-Lei n.º 98/2019, de 20 de julho, que procede à sua oitava alteração. Também por aqui verificamos, que enquanto a lista de PRD é atualizada regularmente, a lista de MG presente no CJM já não é atualizada desde 2003.

O Anexo I, que tem a designação de lista de PRD, está organizado por ML – categorias dos bens, tecnologias ou serviços militares – de forma sequencial desde a ML1 até à ML22.

De acordo com o seu art.º 2, a LTCPRD aplica-se à transmissão e circulação de PRD, sendo que estes incluem bens, tecnologias e serviços militares, na sua forma tangível e intangível, constando do anexo I dessa lei. A LTCPRD confere ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional¹² a competência para (no âmbito de PRD):

- Licenciar transferências;
- Emitir certificados internacionais de importação, entre outros;
- Certificar empresas;
- Fiscalizar.

Atualmente esta competência encontra-se delegada na DGRDN.

4.4. A alienação de material no ciclo de vida

No sentido de se integrar a fase relativa à alienação no ciclo de vida de um sistema, apresenta-se este subcapítulo, iniciando-se com uma referência ao Conselho Internacional em Engenharia de Sistemas (INCOSE):

¹⁰ Alínea a), parágrafo 2, do art.º 3.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro.

¹¹ Alínea a), parágrafo 2, do art.º 3.º da Lei n.º 50/2019, de 24 de julho.

¹² No presente, o Ministro da Defesa Nacional.



Todos os sistemas produzidos pelo ser humano têm um ciclo de vida, mesmo que não seja definido como tal. Um ciclo de vida pode ser definido como uma série de etapas pelas quais algo (um sistema ou produto) passa. Com o aumento da consciencialização ambiental, o ciclo de vida de qualquer Sistema de Interesse (SOI – *System of Interest*) deve abranger não apenas os estágios de desenvolvimento, produção, utilização e suporte, mas também dar foco à etapa do *retirement*. (International Council on Systems Engineering, 2015, p. 25).

Algo transversal às publicações especializadas na área é que, no início do século XXI, muitos países alteraram a sua legislação para que a etapa de desenvolvimento de um SOI contemple o seu final do ciclo de vida de forma adequada (International Council on Systems Engineering, 2015, p. 32). Isto demonstra a importância que a retirada de serviço alcançou, na gestão do ciclo de vida de um sistema ou equipamento.

A gestão do ciclo de vida ao nível da NATO é regulamentada pelo STANAG 4728. A versão mais recente data de 16 de outubro de 2015. De acordo com este STANAG, e em resposta à Política de Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas C-M(2005)0108, foi acordado pelas nações, a aplicação da estrutura da gestão em projetos de armamento e em suporte às capacidades da NATO.

Esta estrutura de gestão do ciclo de vida dos sistemas, inclui a Estrutura de Gestão de Programas da NATO AAP-20 e os Processos do Ciclo de Vida dos Sistemas AAP-48, ambas implementadas tendo por base a ISO/IEC 15288 Engenharia de Sistemas e Software – Processos do Ciclo de Vida dos Sistemas (STANAG 4728 Ed. 2, 2015, p. 1).

A AAP-20 é um documento de orientação genérico, que fornece a abordagem padronizada e adaptável à gestão de programas, incluindo soluções de materiais, e devendo ser usado em conjunto com o AAP-48 e a biblioteca de documentos da Política da NATO para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas (SLCM). O AAP-48 define os processos de SLCM da NATO. A biblioteca de documentos do SLCM contém procedimentos, modelos, manuais e outros documentos.

Estes documentos são aprovados sobre a autoridade do grupo de Gestão do Ciclo de Vida AC/327, (STANAG 4728 Ed. 2, 2015, p. 1), do qual Portugal faz parte, sendo representado por elementos da DGRDN.

Na Fig. 2 podem-se observar as diferentes etapas do um ciclo de vida de um sistema, assim como a sua estruturação até ao nível de implementação nacional.

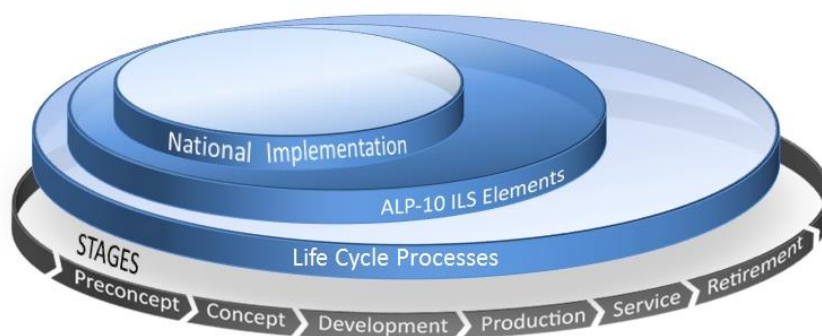


Fig. 2 – Etapas do ciclo de vida um sistema e a sua implementação nacional

Fonte: <https://www.nspa.nato.int/en/news/news-20130730-4.htm>, visualizado em 2020-05-21.

Conforme descrito no SLCM, o objetivo do mesmo é otimizar as capacidades de defesa ao longo do ciclo de vida do sistema, levando em consideração o desempenho, custo, programação, qualidade, ambientes operacionais, suporte logístico integrado e obsolescência. Assim, é facilitada a interoperabilidade, comunicação, colaboração e cooperação, minimizando o custo total do ciclo de vida.

A estrutura lógica do documento de gestão do ciclo de vida do sistema da NATO é apresentada na Fig. 3.

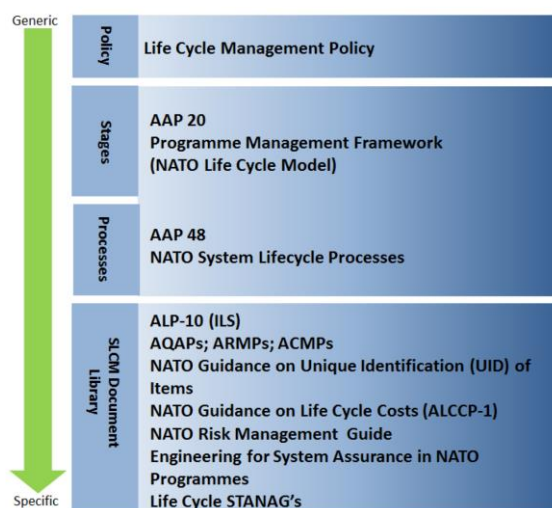


Fig. 3 – Estrutura documental da gestão do ciclo de vida da NATO

Fonte: AAP-48 Ed. C V. 1 - *Ratification Draft* 0, 2020, p. 1.

Na Fig. 4 ilustra-se a política da NATO, no que concerne à SLCM.

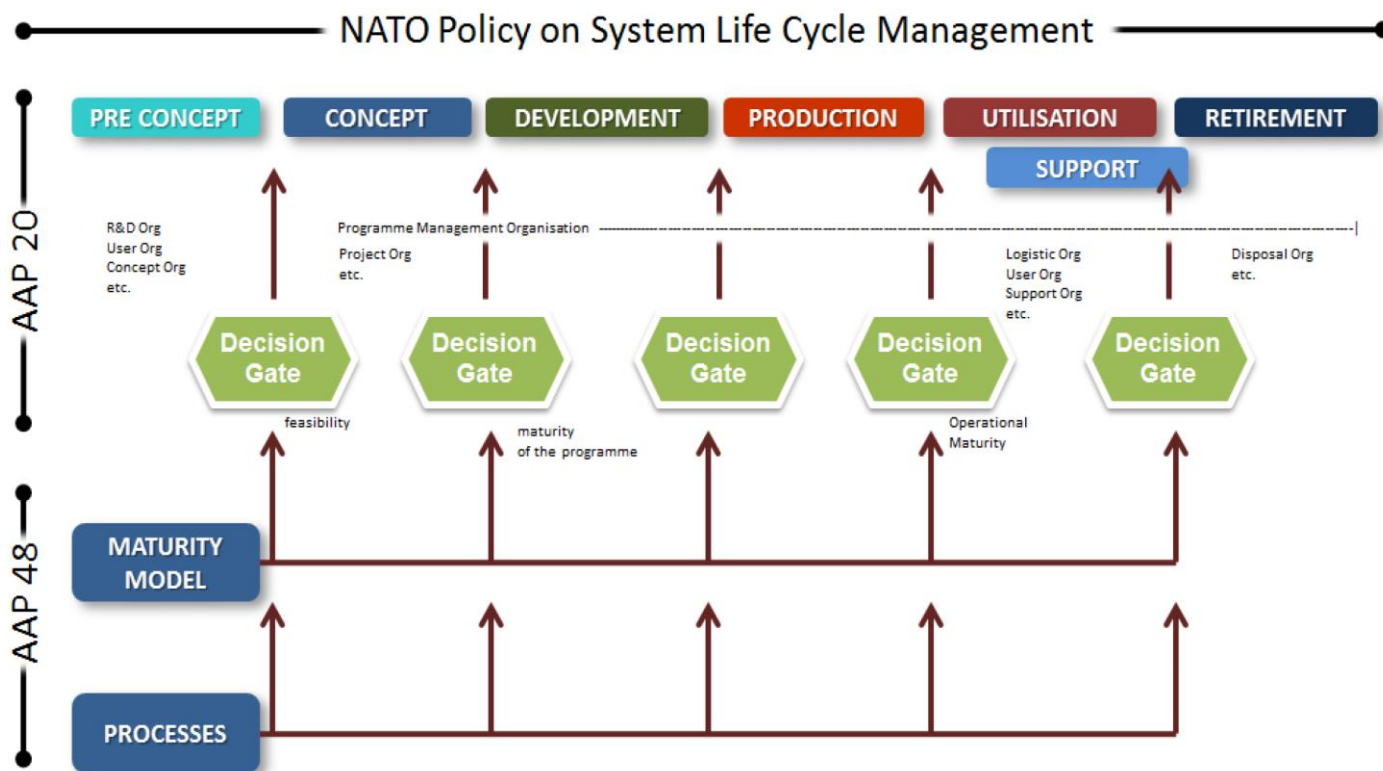


Fig. 4 – Panorama geral da estrutura do ciclo de vida

Fonte: AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 1-1.

Pode-se observar a divisão no eixo vertical entre o que diz respeito à AAP-20 e à AAP-48, e no eixo horizontal, as diferentes etapas pelas quais um sistema transita ao longo do seu ciclo de vida, com início no *pre concept* e terminando no *retirement*.

Esta figura acima, permite a visualização das relações e interdependências entre os documentos e os elementos principais associados ao conceito do ciclo de vida de sistemas (AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 1-1).

4.4.1. Processo de *disposal*

A AAP-48 *Edition C Version 1 Ratification Draft 1* da NATO, prevê que o processo de *disposal* seja integrado em todas as etapas do ciclo de vida de um sistema, desde a etapa do *pre Concept* até à etapa do *retirement*. Ao longo do processo estão previstas diversas *milestones* para garantir que este processo é integrado.

Na Fig. 5, pode-se observar o número de atividades relacionadas com o *disposal*, ao longo do ciclo de vida de um SOI.

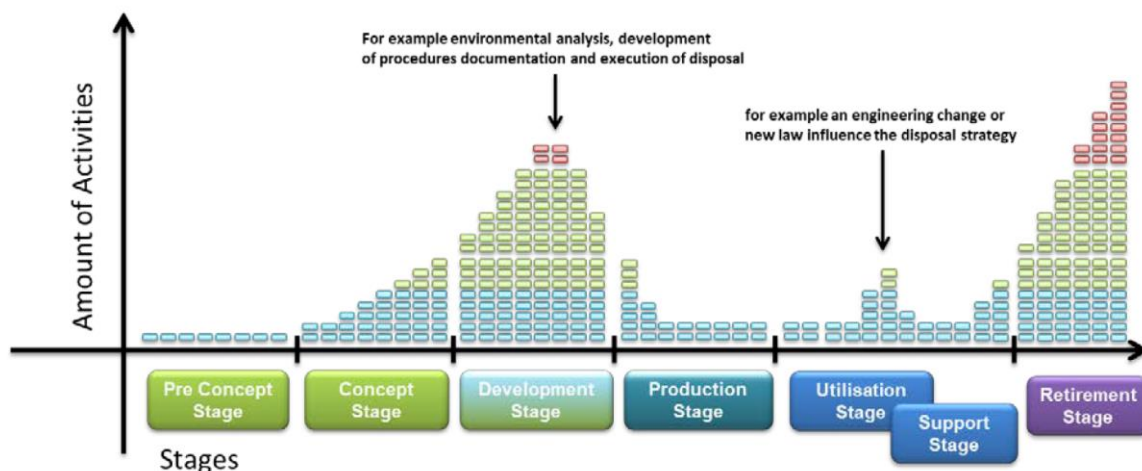


Fig. 5 - Número de atividades por etapa

Fonte: AAP-48 Ed. C V. 1 - *Ratification Draft* 0, 2020, p. 163.

Está previsto que no processo de *disposal* se desative, desmilitarize ou se remova o sistema ou elementos do sistema do seu ambiente operacional, e se desmontem, permitindo que sejam armazenados, reciclados e eventualmente devolvidos à cadeia de valor para reutilização de acordo com a legislação e acordos de utilizador final. Também é incluído o *disposal* em segurança ou reciclagem de todos os materiais perigosos, tóxicos e residuais bem como o retorno do espaço ao seu estado inicial, ou numa forma aceitável. O processo inclui também o registo e a custódia dos registos, para que a saúde dos utilizadores e a segurança do ambiente possam ser monitorizadas (AAP-48 Ed. C V. 1 - *Ratification Draft* 0, 2020, p. 162).

Deve também ser garantido que este processo providencie a informação necessária ao processo de gestão de configuração, incorporando os seus oito resultados mais importantes (AAP-48 Ed. C V. 1 - *Ratification Draft* 0, 2020, p. 162).

Na Fig. 6 podem-se observar as atividades relacionadas com o *disposal* na etapa de desenvolvimento de um produto. Esta imagem é importante, no sentido em que se pode visualizar que informação relativa ao processo de *disposal*, deve fazer parte do seu procedimento para que possa ser confirmada na receção de determinado produto. Assim, deve existir algo que permita que seja identificável no sistema onde esta informação possa ser verificada.

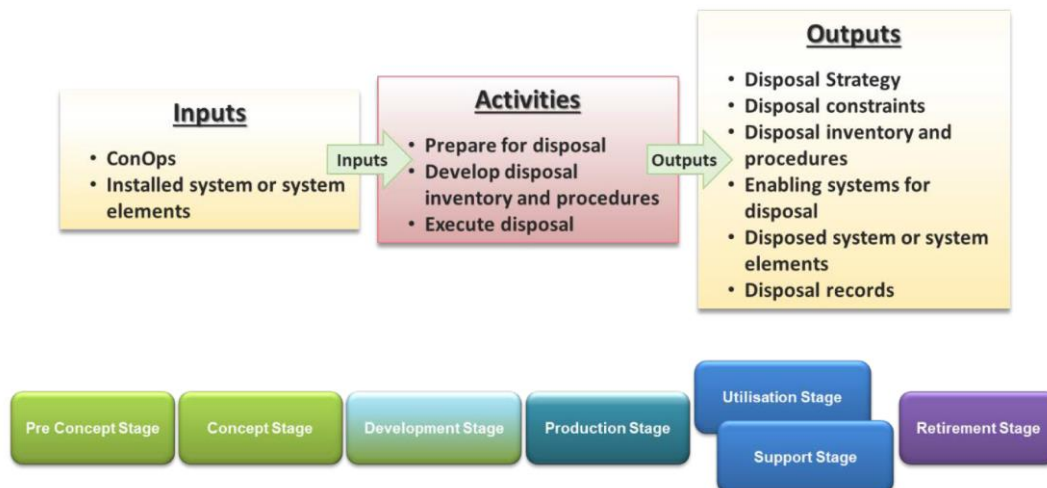


Fig. 6 – Processo de *disposal* na etapa do desenvolvimento

Fonte: AAP-48 Ed. C V. 1 - *Ratification Draft* 0, 2020, p. 163.

Relativamente à atividade “*execute disposal*”, identificam-se as seguintes tarefas (AAP-48 Ed. C V. 1 - *Ratification Draft* 0, 2020, p. 167):

- Desmantelamento do sistema;
- Recuperação, reciclagem, destruição ou armazenamento dos elementos do sistema ou dos desperdícios de acordo com os requisitos de *safety* e *security*;
- Devolução do ambiente à sua condição de partida ou ao estado acordado;
- Preparar os registos para as ações e análise do *disposal* e atribuição da responsabilidade à entidade apropriada;
- Obter a confirmação da finalização do *disposal*.

Atendendo a que a grande maioria dos processos de alienação são efetuados na etapa de *retirement*, é relevante abordar-se com mais algum detalhe esta etapa.

4.4.2. Etapa de *retirement*

O objetivo da etapa de *retirement* é executar a desmilitarização e *disposal* do SOI no final da sua vida útil, e remover os serviços operacionais e de suporte relacionados. As considerações ambientais são particularmente críticas no decorrer do *retirement*, tendo-se de ter em atenção, à eventual existência de tratados internacionais ou outras considerações legais, que obriguem a um controlo mais pormenorizado da desmilitarização do sistema. (AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 33).

Esta etapa, adaptada à AMG, deve resultar numa:

- Consolidação de programas redundantes;
- Redução de custos operacionais e de manutenção;
- Obtenção do máximo proveito do *disposal*.



Garantindo-se assim, que as entidades continuem a exercer a sua atividade da forma mais eficiente possível.

A etapa de *retirement* inicia-se com a decisão de remover o SOI de serviço, mas o planeamento para esta etapa deve ser elaborado nas etapas precedentes.

De acordo com a NATO, a(s) nação(ões) utilizadora(s) determina(m), quando e como, retirar o SOI existente do seu inventário. As decisões dependem de um equilíbrio de fatores, incluindo a idade e a eficácia operacional, impacto no meio ambiente, custo de manutenção, reparação e *midlife updates*, natureza da ameaça, papel e compromisso nacional na NATO, disponibilidade e custo do sucessor, etapas de ação para se adequar oportunidades de padronização por meio da colaboração, requisitos do pessoal nacional e opiniões dos principais comandantes da NATO. Programas conjuntos, por sua natureza, exigem decisões em comum. (AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 33)

A etapa de *retirement* encontra-se dividida em duas fases, a fase de *disengagement* e a fase de liquidação.

O objetivo da fase de *disengagement* é remover o SOI e os ES de serviço, e definir a estratégia de liquidação, documentada na estratégia de liquidação do programa e é a base para a revisão da *milestone* da fase de *disengagement*. O resultado da *milestone* é a aprovação da estratégia de liquidação do programa (AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 33).

A fase de liquidação inicia-se quando a estratégia de liquidação do programa é aprovada. O objetivo da Fase de Liquidação é o *disposal* do SOI e dos ES relacionados, de acordo com a estratégia de liquidação do programa aprovada (AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 33).

Durante a etapa de *retirement*, devem ser desenvolvidas as tarefas e atividades presentes na AAP-20 Ed. C V.1 (2015, p. 33).

Na Fig. 7 são visíveis as *milestones* relativas às etapas de *retirement* assim como as suas entradas e resultados.

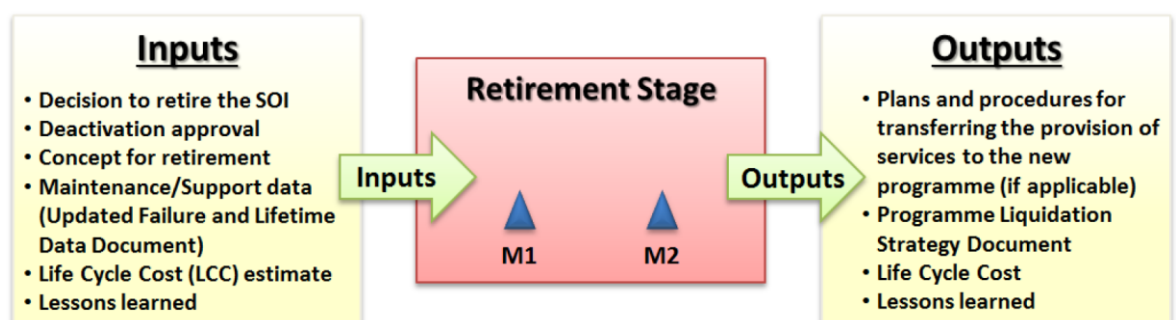


Fig. 7 - Etapa de retirement

Fonte: AAP-20 Ed. C V. 1, 2015, p. 35.

A M1 refere-se à primeira unidade retirada.

A M2 refere-se à revisão da fase de *disengagement* e que diz respeito à:

- Revisão, avaliação e aprovação da estratégia de liquidação do programa;
- Análise dos resultados e efeitos da remoção do SOI de serviço.

4.5. O ambiente

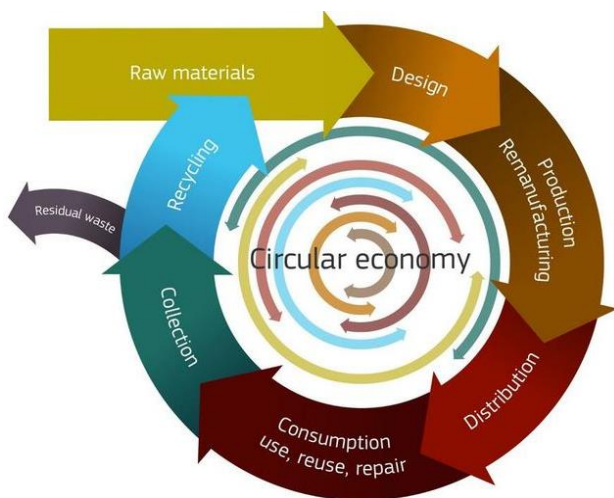
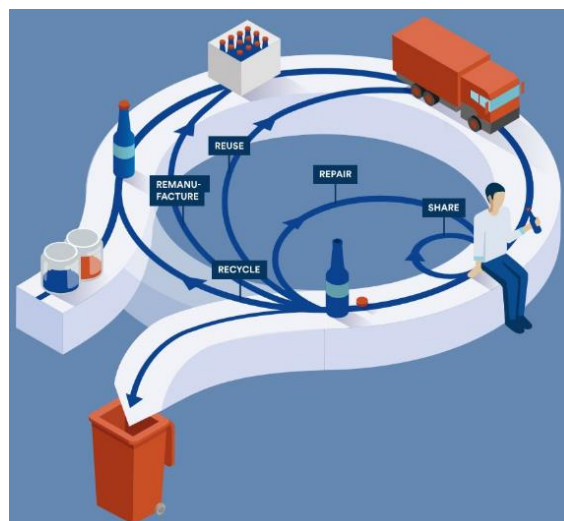
O ambiente assume, neste género de processo uma acentuada exigência. Existe um conjunto de elementos químicos que são integrados no processo de fabrico de componentes e sistemas militares que são prejudiciais para os seres humanos e para o meio ambiente, pelo que é necessário que existam medidas efetivas de segregação dos sistemas a alienar, bem como um controlo do seu processo de alienação.

É necessário garantir que as empresas interessadas em adquirir o MG, e mediante o seu destino final (reciclagem ou reutilização), sejam portadoras das licenças devidas, tanto a nível de segurança, como a nível ambiental.

Como pode ser observado pela leitura do DL 48/89, este é um tema que não é elencado.

Ao nível do ambiente, importa a referência a um conceito de significant relevo, a Economia Circular. O endereço eletrónico na internet *eco.nomia.pt*, desenvolve este tema de uma forma simples e perceptível, enquadrando-se com o propósito da presente investigação.

Na Fig. 8 e Fig. 9 apresentam-se, respetivamente, duas imagens retiradas do endereço eletrónico acima referido, e que se referem ao ciclo da economia circular, assim como à sua aplicação a um recipiente.

**Fig. 8 – O ciclo da economia circular**Fonte: <https://eco.nomia.pt/pt/economia-circular/estrategias>, visualizado em 2020-05-24.**Fig. 9 - O ciclo da economia circular de um recipiente.**Fonte: <https://eco.nomia.pt/pt/economia-circular/estrategias>, visualizado em 2020-05-24.



Os diferentes materiais militares e PRD, e de acordo com as diferentes formas que se pode proceder à sua alienação, integram-se perfeitamente neste conceito da Economia Circular.

A sua alienação, pode passar por uma reutilização de um sistema de armas por um outro operador, de que são, a título de exemplo, e já materializados, os seguintes casos:

- Duas aeronaves Aviocar C-212-300, alienadas à República do Uruguai;
- Cinco aeronaves Aviocar C-212-100, desmilitarizadas e alienadas à empresa SevenAir;
- Doze aeronaves F-16 alienadas à República da Roménia;
- Doze aeronaves Alouette III alienadas à *Leonardo Helicopters*, como retoma pelos helicópteros AW119.

De referir também o processo em curso para a alienação de cinco aeronaves Alpha-Jet e de uma *Initial Parts List*, tendo como possível destino a sua reutilização por um operador civil.

Tendo como destino a reciclagem, foram materializados os contratos de:

- Duas aeronaves P-3P;
- Seis aeronaves T-33;
- Material das aeronaves C-130 e P3-P.

Como exemplo de SOI alienados para reciclagem e aproveitamento de peças, tem-se a concretização da alienação de:

- Cinco aeronaves T-37, à empresa JPF *Enterprises*;
- Oito aeronaves Aviocar C-212-100, à empresa SDT Eletrónica S.A.

O Navio da República Portuguesa Bacamarte, da Marinha, foi utilizado como alvo de superfície, e consequentemente, afundado, no âmbito do exercício naval CONTEX-PHIBEX 19, conforme referido no despacho n.º 6083/2019, de 19 de junho.

4.6. O procedimento de alienação

A atual revisão do DL 48/89 não refere as condições a que deve obedecer o procedimento concursal para a AMG. Desta forma é necessário que a decisão seja assente em procedimentos jurídicos que garantam o respeito pelos princípios da Igualdade, Concorrência e Transparência, podendo ser limitados, quando por razões de interesse nacional, não seja possível a sua concretização.



Ao nível nacional existem um conjunto de leis que fazem referência a procedimentos relacionados com a aquisição de bens e que usualmente servem de linha orientadora dos procedimentos de AMG, a saber:

- DL n.º 104/2011, de 6 de outubro, Contratação Pública no Domínio da Defesa e Segurança (CPDDS), na sua revisão atual;
- DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, CCP, na sua revisão atual;
- DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo (CPA), na sua revisão atual.

No entanto existem determinados desvios, relativamente aos procedimentos usualmente seguidos no processo de AMG, nomeadamente:

- A CPDDS¹³ refere que é aplicável aos contratos de fornecimentos de bens e serviços, cujo valor estimado seja igual ou superior a 414 000 Euros. Assim verificam-se dois desvios relativamente à AMG, um relativo ao facto de não referir que é aplicável a alienações e o outro no caso dos processos com valor estimado inferior aos 414 000 Euros;
- O CCP¹⁴ refere que não são abrangidos pelo mesmo, os bens móveis afetos às FFAA e que revistam a natureza de bem militar.

Ou seja, seria importante que fossem definidos na legislação específica, qual o rumo a seguir no que respeita aos normativos legais e no caso do procedimento concursal. Atualmente, tal não se verifica, o que traz implicações no que ao normal desenrolar dos processos diz respeito, obrigando muitas das vezes a que exista a necessidade de se recorrer à área jurídica especializada. Tal situação implica um atraso nos processos, diminuindo a eficiência dos mesmos, podendo mesmo levar ao desinteresse por parte de algumas empresas no MG devido à demora do processo.

Da alínea a), do parágrafo n.º 1.1, do despacho n.º 10972/2015, de 25 de setembro, à DADAQ, compete a coordenação e promoção dos processos de alienação e desmilitarização de armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa. Como pode ser observado, não existe uma relação direta com a ML prevista na LTCPRD, o que cria uma situação de dúvida, que inclusivamente se manifesta nas entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho. A acrescentar, verifica-se que não existe uma relação direta entre o referido despacho e o DL 48/89, uma vez que o despacho em causa refere-se à alienação e desmilitarização de

¹³ Alínea a) do parágrafo n.º 3 do art.º 1.º.

¹⁴ Alínea d) do parágrafo n.º 3 do art.º 266.º-A.



armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa, mas não AMG. O facto destes dois conceitos, possivelmente coincidentes, não estarem uniformizados ou relacionados na legislação, traduz-se num desperdício de recursos, pois leva a que as organizações tenham dificuldades em efetuar uma interpretação dos mesmos, gerando diferentes interpretações para o mesmo conceito, conforme se observa nas entrevistas.

Constata-se que existe um conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas e tomadas em conta para a criação de um documento legislativo, regulamentar, que permita uma otimização do processo de AMG, nomeadamente:

- Recolher informação legislativa relativa ao processo de AMG desde a emissão do DL 48/89 e efetuar a sua comparação e análise (o apêndice A e B foram elaborados com esses objetivos);
- Adaptar a legislação à realidade atual, nomeadamente na aproximação aos temas focados anteriormente: conceitos estruturantes, meio ambiente, gestão do ciclo de vida da NATO;
- Promover reuniões entre os diferentes órgãos com competências na matéria e que tenham, ou possam vir a ter, relações com o processo (MDN, DGRDN, FFAA, MAI, FSS).

Além disso, seria também importante efetuar-se uma análise de outra legislação que tenha princípios semelhantes, no sentido de se uniformizar a futura legislação. Assim, permitir-se-iam ganhos ao nível da uniformização, essenciais para a eficiência das organizações, melhorando a produtividade do nosso país, e por consequência proporcionando melhores condições de bem-estar para a população.

O processo de AMG pode incorporar uma série de medidas preconizadas no AAP-48 para a gestão do ciclo de vida, principalmente no que diz respeito ao processo de *disposal*. Poder-se-á considerar que a AMG é um processo equivalente ao processo de *disposal*, adicionando-lhe as atividades relacionadas com a transferência de propriedade (resultando de atividades de doação, revenda ou mudança de responsabilidades).

Entende-se que seria um aspeto benéfico a implementação da metodologia prevista no STANAG 4728, nomeadamente na AMG pela implementação da gestão do ciclo de vida, que vai desde o *pre Concept* até ao *retirement*, com especial enfoque nesta última, pois à exceção da alienação do sistema de armas F-16 à Roménia, as restantes enquadrar-se-iam nesta etapa. Assim, no processo de AMG, identificam-se dois aspetos a incorporar no âmbito



da NATO: o processo de *disposal* e a etapa de *retirement*. Ao nível dos conceitos seria também importante a sua harmonização, com a integração do conceito de SOI e de sistema.

Pelos dados apresentados relativamente à legislação, normativos nacionais e internacionais, e pela análise efetuada, crê-se de extrema importância a revisão da lei específica relativa à AMG. Seria assim possível, e neste enquadramento, uma otimização do processo de AMG, através de uma uniformização de procedimentos, uma adaptação aos tratados, às diretivas europeias, à legislação portuguesa, às normas ambientais e normas NATO.

4.7. Entrevistas e sua análise

Foram elaboradas 12 questões conforme apresentadas no apêndice D, tendo sido submetidas às entidades referidas no ponto 3.2.1. Neste subcapítulo são apresentados os dados recolhidos de forma quantitativa e qualitativa. É efetuado um filtro das respostas obtidas, mantendo-se a integridade do conteúdo, mas adaptando-se onde necessário ao contexto da investigação.

A apresentação dos dados quantitativos é feita com o recurso a gráficos no formato circular, sendo alinhadas aos pares as respostas às respetivas questões. A análise qualitativa é efetuada imediatamente abaixo dos gráficos respeitantes às questões respetivas.

Considera-se que o universo é representativo da visão da defesa nacional relativamente ao objeto de estudo, pois os elementos que responderam fazem, fizeram e/ou tomaram parte nos processos de AMG que têm sido autorizados pelo Ministro da Defesa Nacional.

No cabeçalho de cada gráfico está presente o número (e.g. Q1) e um resumo das questões expressas no apêndice D (e.g. Q6- Distinguem o conceito de PRD e MG?), permitindo-se desta forma uma mais eficiente leitura e análise às questões, sem se perder a sua essência.

A análise às respostas não tem em conta a identificação das pessoas que participaram na entrevista, uma vez que isso não traria benefício para a investigação, salvaguardando-se simultaneamente a sua confidencialidade. A análise qualitativa das respostas encontra-se elaborada imediatamente abaixo dos respetivos gráficos, tendo a designação de Resposta (R) seguida da designação da questão (e.g. RQ1).

Q1 - Entende que a lei específica da AMG deveria definir as suas modalidades?

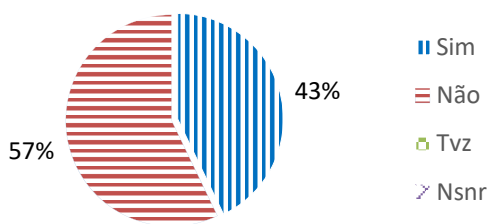


Fig. 10 – Respostas à questão 1 do apêndice D

Q2- Entende que a DGRDN deveria ser um órgão com competência para a decisão de contratar?

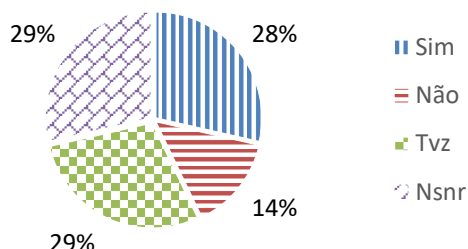


Fig. 11 – Respostas à questão 2 do apêndice D

RQ1: Observa-se que existe um grande equilíbrio no entendimento de que a lei específica da AMG deve definir as diferentes modalidades de ação, nomeadamente, como valorização, para peças, para sucata e para efeitos museológicos. Desta forma, entende-se que esta questão deve ser discutida pelas entidades com competências na área da AMG, no sentido de serem debatidas as razões para a existência de um equilíbrio entre o sim e o não.

RQ2: Verifica-se que não existe um consenso relativamente à possibilidade da DGRDN ser um órgão com a competência para a decisão de contratar. Até à data, e desde a criação da DGRDN, em todos os processos tem sido o Ministro da Defesa Nacional a autorizar o procedimento para a AMG. Atendendo aos resultados obtidos, entende-se que seria benéfico uma discussão alargada entre elementos da DGRDN e das FFAA no sentido de verificar se seria proveitoso para a defesa nacional que essa competência fosse autorizada em lei ou delegada por despacho caso a caso.

Q3- Entende que o procedimento de AMG deveria ser baseado no CCP e publicado em plataforma eletrónica?

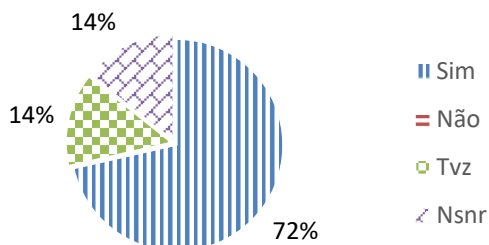


Fig. 12 – Respostas à questão 3 do apêndice D

Q4- Entende ser importante a inclusão da figura do gestor de contrato, à semelhança do CCP?

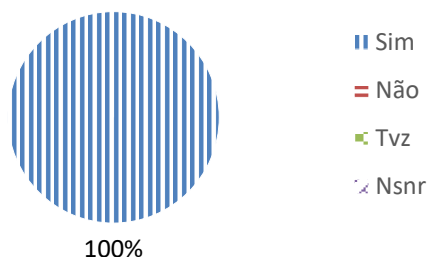


Fig. 13 – Respostas à questão 4 do apêndice D

RQ3: Os resultados obtidos a esta resposta permitem verificar que nenhuma das pessoas rejeita esta solução, sendo o CCP considerado como referência para o desenvolvimento do procedimento de alienação, com as devidas adaptações. Ao mesmo



tempo, nos casos em que não existam restrições ao nível da classificação dos processos, os entrevistados consideram que se deve tornar possível a publicação em plataforma eletrónica, permitindo assim que a publicitação dos concursos chegue a um mais vasto leque de potenciais interessados.

RQ4: O conceito de gestor de contrato é referência no CCP. Ao nível da AMG tem existido um acompanhamento pela execução dos contratos, principalmente, por parte das entidades onde os mesmos estavam localizados (ramos das FFAA). Recentemente, e no acompanhamento da evolução dos normativos legais, têm sido nomeados, no seio das FFAA, entidades individuais para exercerem o papel do gestor de contrato, referindo-se como exemplo o caso da AMG referente às aeronaves T-33, Cessna FTB 337 e material do C-130 e P-3P. O gestor do contrato coordena a execução do contrato e reporta à DGRDN o estado dessa execução.

Nas respostas, não existe concordância relativamente a se o gestor do contrato deve ser da DGRDN ou das FFAA, verificando-se uma tendência para que o mesmo seja designado no ramo das FFAA, atendendo à maior proximidade e conhecimento do material a alienar.

Q5- Na caso das FSS terem em sua posse MG, entende que o DL 48/89 lhes é aplicável?

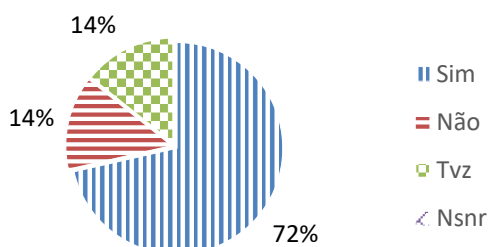


Fig. 14 – Respostas à questão 5 do apêndice D

Q6- Distinguem o conceito de PRD e MG?

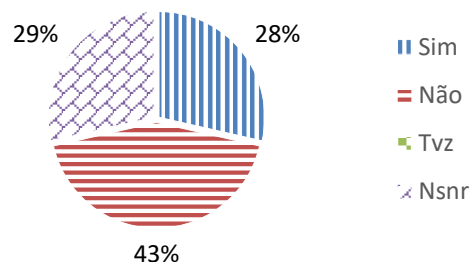


Fig. 15 – Respostas à questão 6 do apêndice D

RQ5: As solicitações para AMG que chegaram à DGRDN foram todas referentes a MG das FFAA, não existindo processos referentes a MG das FSS. No entanto, é referido que a DGRDN, que é a entidade competente para a emissão de autorizações para a transmissão e circulação de PRD, recebe solicitações para ML1 por parte das FSS, pelo que se depreende que as mesmas tenham em sua posse MG. Assim entende-se que seria importante existir um diálogo entre o MDN e o MAI para integrar as FSS nos processos de AMG. De acordo com a alínea d), do parágrafo n.º 2, do art.º 2, do Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro, estava previsto na DGAIED a cooperação com o MAI no que à



AMG diria respeito. A legislação subsequente deixou de fazer referência a esta colaboração no domínio da AMG.

RQ6: Um claro entendimento e harmonização entre os diferentes intervenientes no processo é extremamente importante no que aos conceitos diz respeito. Conforme se pode observar pelo gráfico tal não se verifica. Quase metade dos inquiridos refere que não distingue o conceito de PRD e de MG, quase 30% refere que são sinónimos e os restantes não sabem ou não respondem.

Na legislação atual existem estes dois conceitos, como referido anteriormente.

Na DGRDN existem duas divisões específicas que se relacionam com estes dois conceitos, a DADAQ e a Divisão de Indústria Logística e Investigação e Desenvolvimento (DIL). Nas competências da DADAQ o termo utilizado é o de MG enquanto que na DIL o termo utilizado é o PRD. Como já se verificou neste TII, a legislação não permite concluir se se trata de um mesmo conceito ou de conceitos diferentes. A título de exemplo, quando um ramo das FFAA necessita de transferir material denomina-se esse material de PRD; quando esse mesmo ramo solicita a alienação do mesmo material, em fase posterior¹⁵, denomina-se de MG. A transferência é solicitada à DIL e a alienação é solicitada à DADAQ, ambas na DGRDN.

Daqui surge uma questão importante, e que também é um reflexo do gráfico: são ou não MG e PRD sinónimos? Entende-se assim necessário e inadiável que esta situação seja alvo de discussão entre os órgãos da defesa, com vista à uniformização e otimização de processos, entre outros benefícios.

Q7- Considera que a Lista de MG no CJM é equivalente à Lista de PRD na LTCPRD?

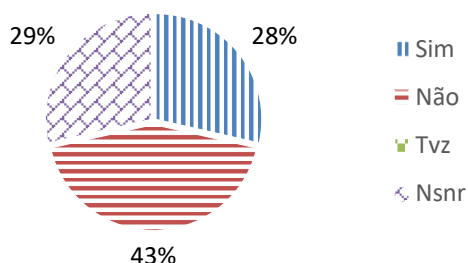


Fig. 16 – Respostas à questão 7 do apêndice D

Q8- A Lista de material referida no anexo I do Regulamento CE 428/2009, de 5 de maio, são as categorias ML?

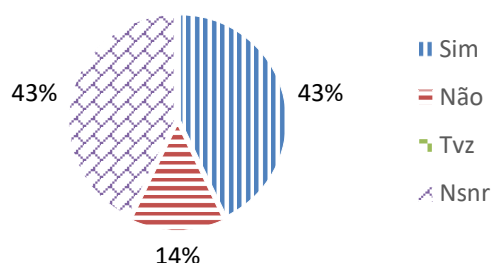


Fig. 17 – Respostas à questão 8 do apêndice D

RQ7: No seguimento da RQ6, verifica-se exatamente a mesma situação, ou seja, não existe um claro entendimento nas organizações relativamente aos conceitos estruturantes.

¹⁵ E.g, por entender que o seu custo de manutenção é demasiado elevado.



Tal situação pode originar desfasamentos entre a qualificação atribuída a determinado bem. A lista presente no CJM data do ano de 2003. A lista de PRD teve o seu início em 2009, com a publicação na Diretiva 2009/43/CE, de 10 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, e incorporada na LTCPRD, encontrando-se em vigor a sua oitava alteração (Decreto-Lei n.º 98/2019, de 30 de julho, 2019). Assim, e se se considerar uma equivalência entre os conceitos, significa que a lista de MG se encontra substancialmente desatualizada. Não se considerando uma equivalência, a lista do MG presente no CJM carece da devida análise, no sentido de ser verificada a sua atualização. Como ação mais imediata entende-se que deve ser promovida uma reunião entre os diferentes atores para analisarem a situação e exporem as suas visões.

RQ8: Esta questão é relativa à lista de material presente no anexo I, do Regulamento CE 428/2009, de 5 de maio, e relativa a PDU. Pela análise das respostas, verifica-se que existe desacordo relativamente a se essa lista diz respeito às categorias ML, sendo que, quase metade Nsnr. Assim entende-se que esta situação deve ser alvo de debate no sentido de se harmonizar o seu entendimento.

No seguimento das respostas, é relevante referir-se que os PDU podem ser tanto utilizados para fins militares como para fins civis. Um PDU é material que também exige controlo na sua transmissão e circulação, como pode ser observado no regulamento (CE) n.º 428/2009, de 5 de maio, transposto para a legislação nacional pelo decreto-lei n.º 130/2015 de 9 de julho. De acordo com este mesmo DL, a autoridade nacional competente para licenciar as operações de exportação, transferência e prestação de serviços de corretagem e trânsito de PDU, assim como emitir o certificado de destino final, é a Autoridade Tributária e Aduaneira.

Q9 - Entende importante a existência de legislação relativa a PDU?

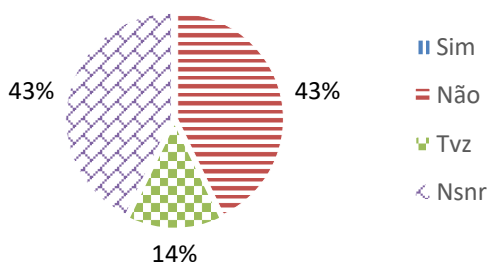


Fig. 18 – Respostas à questão 9 do apêndice D

Q10 - Existe alguma base dados para distinguir a classificação de dupla utilização e MG?

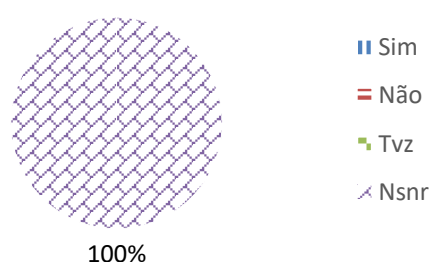


Fig. 19 – Respostas à questão 10 do apêndice D

RQ9: No seguimento das respostas à Q8, relativa a PDU, os valores obtidos na RQ9 são coerentes, com quase metade a entenderam que não é necessário, e outros tantos a referir que Nsnr.

Embora o regulamento (CE) 428/2009, de 5 de maio, e associado a esta matéria, seja de 2009, a transposição para DL só foi feita em 2015, o que eventualmente pode contribuir para um desconhecimento do conceito. Recomenda-se assim, que exista um debate relativo a esta mesma questão por parte dos organismos com responsabilidades na matéria.

RQ10: Entende-se que a existência de uma plataforma, onde fosse possível distinguir, no imediato, se um bem é considerado como MG, PRD ou PDU seria muito benéfico para os organismos da defesa, pois no momento em que fosse entendido que esse mesmo bem deveria ser alvo de *disposal*, saber-se-ia, no imediato, quais as diligências a tomar¹⁶. É, portanto, necessário, que seja implementada a política da NATO para os SLCM prevista na AAP-20 e AAP-48 referida em capítulos anteriores, de forma a permitir uma otimização dos processos.

Q11 - É necessário uma Revisão do DL 48/89?

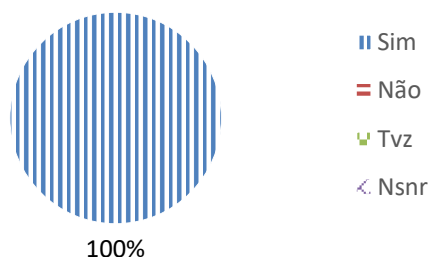


Fig. 20 – Respostas à questão 11 do apêndice D

Q12 - A revisão do DL 48/89 permitiria uma otimização de Recursos?

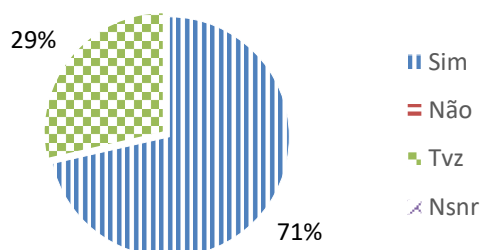


Fig. 21 – Respostas à questão 12 do apêndice D

RQ11: O DL 48/89, como referido anteriormente, é a legislação específica para a AMG, estando em vigor há mais de 30 anos. No decurso deste tempo, têm ocorrido substanciais e relevantes alterações ao nível da legislação nacional, da União Europeia e da NATO¹⁷, relativamente a órgãos do estado, procedimentos concursais, gestão do ciclo de vida de sistemas e meio ambiente.

Como se pode observar pelo gráfico, a totalidade dos entrevistados respondeu afirmativamente à necessidade de revisão do DL 48/89.

¹⁶ E.g. Se o próprio ramo poderia tratar do processo, se teria de solicitar à DGRDN que tratasse do processo ou se se teria de proceder à sua desmilitarização.

¹⁷ Entre outras.



Assim, e perante o exposto até ao momento, entende-se que se justifica a criação de um grupo de trabalho, no sentido de se rever o DL 48/89, ou criar nova legislação no âmbito do MG/PRD.

RQ12: Existem diferentes abordagens para a otimização de processos. Esta investigação tem como pergunta de partida “De que forma é possível otimizar o processo de AMG em Portugal?”. Como pode ser extraído da análise dos dados recolhidos¹⁸, o processo de AMG pode ser otimizado através da revisão da legislação específica, contemplando uma diversidade de áreas como, os conceitos estruturantes, o meio-ambiente e uma adaptação à estrutura organizativa atual. Mais reforçam essa confirmação os resultados da questão RQ12, com 71% de respostas afirmativas, não se manifestando ninguém em sentido contrário. É assim, imperativo, que sejam tomadas ações no sentido de serem implementadas as medidas e recomendações que vêm sido referidas ao longo desta investigação.

¹⁸ Análise documental e entrevistas estruturadas.



5. Conclusão

Esta Investigação desenvolveu-se em redor das orientações e diretivas nacionais e internacionais no que ao tema da AMG nas FFAA diz respeito. Para que fosse devidamente enquadrado o tema foi necessário abordarem-se os conceitos de Alienação, Material de Guerra, PRD, Utilização Final Militar, Sistema, *Disposal* e de *Retirement*.

Verifica-se que, volvidos mais de 30 anos sobre a legislação específica em vigor, decorreram um conjunto de leis e normativos que vieram alterar substancialmente o processo de AMG, tanto a nível nacional, como da União Europeia e NATO, entre outros.

Da análise das respostas às entrevistas, verifica-se que existem em diversas matérias, posições substancialmente diferenciadas entre os inquiridos envolvidos no mesmo processo. Os conceitos estruturantes relativos a este género de Sistemas, assim como o seu ciclo de vida e processos, foram evoluindo com o passar dos anos, não existindo a devida atualização no que à sua alienação diz respeito. Assim, conclui-se que as divergências são em grande medida resultado de uma legislação específica desadequada da realidade atual, sendo entendimento geral que a mesma deve ser revista, como se pode analisar pela resposta à questão 11.

Atendendo à pergunta de partida e às suas questões derivadas, e mediante os dados apresentados e a sua análise, verifica-se que o DL 48/89 está muito desenquadrado da atualidade, como referido no parágrafo anterior. Este DL carece de uma profunda revisão ao nível das estruturas orgânicas referenciadas, existindo ainda um conjunto de diferentes tratados ao nível do controlo de armamento a que Portugal está vinculado, e que não estão contemplados no DL. Também, o conjunto de novos conceitos, previstos em legislação e diretivas, quer nacionais, quer europeia e da NATO não estão refletidos na legislação específica que rege a AMG. Assim, e mediante o exposto ao longo desta investigação entende-se que foi dada resposta às questões enunciadas, traduzindo-se num cumprimento dos OE e OG.

O próprio processo de alienação teve ser gradualmente adaptado à legislação e normativos relacionados, provocando um dispêndio de recursos, sem que a legislação base da AMG fosse acompanhando essa evolução. Consequentemente, verifica-se pela análise das respostas à entrevista, que existem entendimentos diferentes no que aos conceitos estruturantes diz respeito. As orientações e diretivas têm de definir bem os pilares dos processos, e quando tal não sucede, a eficiência dos mesmos é substancialmente reduzida.



Foi intenção deste trabalho, que além de se identificarem formas viáveis de otimizar o processo de AMG, ficasse prevista também alguma base de trabalho para colaborar na sua concretização. Nesse sentido, foram desenhados os apêndices A e B, com uma revisão comparativa da evolução da legislação específica para a AMG, bem como dos órgãos da defesa que interagem mais diretamente com o processo, apontando-se para a sua respetiva estrutura organizativa e competências associadas.

Atendendo à complexidade do processo de AMG teve-se de limitar a investigação. Entendeu-se que o mais importante seria centrar naquilo que serve de suporte a todo o processo - as diretivas e orientações. Assim, concentrou-se o esforço numa análise à legislação em vigor, e no que ao estado da arte e conceitos estruturantes diz respeito. Atendendo ao atual momento de pandemia *Covid-19*, não foi possível realizar as entrevistas de forma presencial, o que poderia ter contribuído para um diálogo mais abrangente, uma maior interação, um dirimir de certas dúvidas que poderiam existir face às questões e o seu aprofundamento.

Considerando que não se detalharam neste trabalho certas matérias relacionadas com a AMG, e.g., ambientais, de registo do MG em base de dados e de PDU, propõem-se como futuros estudos trabalhos de especialização sobre estas matérias. Atendendo a que é expectativa que um possível processo de revisão da lei se estenda por tempo significativo, se estes trabalhos fossem elaborados em breve, contribuiriam certamente para criar um processo ainda mais sólido.

Atendendo ao exposto, recomenda-se o seguinte:

- Que seja revista a legislação nacional referente à AMG, nomeadamente o DL 48/89;
- Que numa primeira fase, seja criado um grupo de trabalho, que incorpore elementos da DGRDN e dos ramos das FFAA (Marinha, Exército e Força Aérea) com competências nas áreas da AMG, jurídica, do ambiente, da catalogação, de ligação com grupos da NATO relativamente à gestão do ciclo de vida dos sistemas (grupo NATO LCMG) e da desmilitarização, desmantelamento e *disposal* (grupo D3 da NSPA);
- Que seja consultado o EMGFA, nomeadamente a sua estrutura no que a tratados com os quais Portugal está vinculado, e a área que coordena a ligação com os adidos militares, no sentido de se procurarem constrangimentos, e contributos adicionais, relativos à divulgação e promoção das alienações, respetivamente;



- Numa segunda fase, que o GT seja estendido ao MAI com representação das FSS, com a intenção de se discutirem e incorporarem as suas ideias para a AMG;
- O termo alienação refere-se a uma transferência de propriedade de um bem que nem sempre ocorre. Propõe-se o repensar da referência ao processo como sendo de alienação, para um melhor termo em português que traduza a palavra *disposal*, ou que se utilize a palavra sem tradução. Isto porque existem processos que são denominados de AMG, mas o MG em causa não chega a mudar de propriedade, ficando dentro do próprio MDN, ou mesmo, ser reciclado ou reaproveitado no próprio MDN (e.g. exposições estáticas em unidades das FFAA ou em museus). Além disso, permitiria um alinhamento com o conceito de *disposal* previsto pela NATO no STANAG 4728. Outra opção poderia passar por a DADAQ apenas efetuar os processos de AMG, sendo os restantes processos relacionados com o MG de serem tratados pelos respectivos ramos das FFAA que os têm vindo a operar;
- Um alinhamento com a CPDDS, entendendo-se que esta já se reveste de um enquadramento normativo europeu, e já integra vários dos conceitos estruturantes utilizados nos atuais processos de AMG.

A presente investigação assentou num estudo abrangente relativamente à AMG e no que ao estado da arte, diretivas e orientação nacionais e internacionais diz respeito. As questões elaboradas permitiram um retrato muito fidedigno do processo de AMG, atendendo ao universo de especialistas consultados. Foram ilustrados casos práticos associados à economia circular, verificando-se que apenas falta a sua devida promoção e divulgação. Criou-se um conjunto de apêndices que são vistos como uma base de trabalho para as recomendações propostas. Elaborou-se um conjunto de recomendações de ordem prática que permitem orientar um planeamento e a sua programação. Assim, e por tudo o que foi referido, conclui-se que este TII contribui para o conhecimento.



Referências bibliográficas

- AAP-20 Ed. C V. 1. (outubro de 2015). *NATO Life Cycle Model*. Bruxelas: NATO Standardization Office (NSO).
- AAP-48 Ed. C V. 1 - Ratification Draft 0. (fevereiro de 2020). *NATO System Life Cycle Processes*. Bruxelas: NATO Standardization Office (NSO).
- ALP-10 Ed. 2. (março de 2011). *NATO Guidance on Integrated Logistics Support for Multinational Armament Programmes*. Bruxelas: NATO Standardization Agency (NSA).
- Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho. (2009). *Retifica a forma e o número da Lei de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 138, 4541-4550. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho. (2015). *Aprova a orgânica da Marinha*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5200-5237. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho. (2015). *Aprova a orgânica do Exército*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5237-5259. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 12/2015, de 31 de julho. (2015). *Aprova a orgânica da Força Aérea*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5259-5275. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 12/95, de 23 de maio. (1995). *Organização e competências da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa*. Diário da República, 1.ª Série-B, n.º 119, 3193-3198. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 23/2009, de 04 de setembro. (2009). *Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 172, 5970-5972. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 32/89, de 27 de outubro. (1989). *Orgânica, modo de funcionamento, atribuições e quadros de pessoal de organismos e serviços do Ministério da Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 248, 4764-4779. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro. (2012). *Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 13, 305-307. Lisboa: Ministério da Defesa nacional.



- Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho. (2015). *Aprova a orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5195-5198. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei 47/93, de 26 de fevereiro. (1993). *Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 48, 801-807. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 104/2011, de 06 de outubro. (2011). *Regime jurídico dos contratos públicos nos domínios da defesa e da segurança, transpondo para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 192, 4584-4597. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto. (2017). *Alteração ao Código dos Contratos Públicos tendo em vista a transposição de diversas diretivas europeias*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 168, 1894 - 2052. Lisboa: Planeamento e das Infraestruturas.
- Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro. (2011). *Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 249, 5474-5481. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 130/2015, de 9 de maio. (2015). *Regime de controlo das exportações, transferências, corretagem, trânsito e assistência técnica de produtos de dupla utilização*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 132, 4375 - 4740. Lisboa: Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 154-A/2009, de 06 de julho. (2009). *Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional*. Diário da República, 2.º Suplemento, 1.ª Série, n.º 128, 4324-(4) a 4324-(11). Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. (2008). *Aprova o Código dos Contratos Públicos*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 20, 753-852. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
- Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro. (2014). *Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 250, 6375-6382. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 223/92, de 20 de outubro. (1992). *Alienação de material de guerra e demais equipamentos militares*. Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 242, 4882-4883. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.



- Decreto-Lei n.º 235-B/96, de 12 de dezembro. (1996). *Cria a EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S. A., e aprova os respectivos Estatutos*. Diário da República, 1.º Suplemento, 1.ª Série-A, n.º 287, 4442-(2) a 4442-(6). Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 271/76, de 12 de abril. (1976). *Alienação de material aéreo, munições e equipamentos militares*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 87, 786. Lisboa: Estado-Maior da Força Aérea.
- Decreto-Lei n.º 38962, de 24 de outubro. (1952). *Alienação de material de guerra*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 239. Lisboa: Presidência do Conselho e Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. (2015). *Aprova o novo Código do Procedimento Administrativo*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 4, 50-87. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei n.º 46/88, de 11 de fevereiro. (1988). *Atribuições e Orgânica do MDN*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 35, 481-487. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 48/89, de 22 de fevereiro. (1989). *Alienação de material de guerra*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 44, 740-741. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 515/80, de 31 de outubro. (1980). *Cria a empresa pública Indústrias Nacionais de Defesa, E. P. (INDEP)*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 253, 3677-3686. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 98/2019, de 30 de julho. (2019). *Altera os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo a Diretiva (UE) 2019/514*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 144, 3-32. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Despacho n.º 10972/2015, de 25 de setembro. (2015). *Define e implementa a estrutura flexível da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), tendo em vista criar as condições necessárias à prossecução da missão e atribuições da DGRDN, e ao exercício das competências [...]*. Diário da República, 2.ª Série, n.º 193, 28312-28313. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.
- Despacho n.º 11046/2015, de 25 de setembro. (2015). *Define e implementa a estrutura flexível da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), tendo em vista criar as condições necessárias à prossecução da missão e atribuições da DGRDN,*



- e ao exercício das competências [...]*. Diário da República, 2.ª Série, n.º 194, 28496-28497. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.
- Despacho n.º 3575/2019, de 28 de fevereiro. (2019). *Criação da equipa multidisciplinar designada Gabinete de Contratação da Defesa*. Diário da República, 2.ª Série, n.º 63, 9972-9973. Lisboa: Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.
- Despacho n.º 6083/2019, de 19 de junho. (2019). *Alienação do ex-NRP Bacamarte*. Diário da República, 2.ª Série, n.º 125, 18853 - 18853. Lisboa: Defesa Nacional - Gabinete do Ministro.
- Despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro. (2020). *Liquidação da EMPORDEF SGPS - Reestruturação das participações públicas na economia da defesa*. Diário da República, 2.ª Série, n.º 14, 38-40. Lisboa: Finanças e Defesa Nacional.
- Directiva 2009/43/CE, de 06 de maio. (2009). *Simplificação das condições das transferências de produtos relacionados com a defesa da Comunidade*. Jornal Oficial da União Europeia, L 146/1 - L 146/36. Bruxelas: Parlamento Europeu e do Conselho.
- Directiva 2009/81/CE de 13 de julho. (2009). *Coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Directivas [...]*. Jornal Oficial da União Europeia, L 216/76 - L 216/136. Bruxelas: Parlamento Europeu e do Conselho.
- Directiva 2010/80/UE, de 22 de novembro. (2010). *Altera a Directiva 2009/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à lista de produtos relacionados com a defesa*. Jornal Oficial da União Europeia, L 308/11 - L 308/45. Bruxelas: Comissão.
- Infopedia. (20 de maio de 2020). *Dicionário de Língua Portuguesa: Alienação*. Obtido de infopedia.pt:
<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/aliena%C3%A7%C3%A3o>
- International Council on Systems Engineering. (2015). *Systems Engineering Handbook - A Guide for System Life Cycle Processes and Activities, Fourth Edition*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.



- IUM. (setembro de 2018). NEP/INV - 001 (O). *Trabalhos de Investigação*. Pedrouços, Lisboa, Portugal: IUM.
- IUM. (fevereiro de 2020). NEP/INV - 003 (A1). *Estrutura e Regras de Citação e Referenciação de Trabalhos Escritos a Realizar no IUM*. Pedrouços, Lisboa, Portugal: IUM.
- Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro. (1982). *Primeira revisão da Constituição*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, 3135-3206. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 100/2013, de 15 de novembro. (2003). *Aprova o novo Código de Justiça Militar e revoga a legislação existente sobre a matéria*. Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 265, 7800-7821. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 2050/51, de 27 de dezembro. (1951). *Arrecadar as contribuições, impostos e demais rendimentos*. Diário do Governo n.º 270/1951, 1.ª Série, n.º 270, 1169-1171. Lisboa: Presidência da República.
- Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro. (1982). *Lei da Defesa Nacional das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 285, 4063-4079. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 37/2011, de 22 de junho. (2011). *Lei relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 119, 3703 - 3724. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro. (2006). *Aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições*. Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 39, 1462-1489. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 50/2019, de 24 de julho. (2019). *Sexta alteração à Lei n.º 5/2016, de 23 de fevereiro, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 140, 2-116. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho. (2009). *Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*. Diário da República, 1.º Suplemento, 1.ª Série, n.º 129. Lisboa: Assembleia da República.
- Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro. (2015). *Fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 180, 7997-8002. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 92/2012, de 02 de abril. (2012). *Fixa a estrutura orgânica da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 66, 1624-1625. Lisboa: Ministério das Finanças e da Defesa Nacional.



- Regulamento (CE) n.º 428/2009, de 05 de maio. (2009). *Cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização*. Jornal Oficial da União Europeia, Série L, n.º 134, 1-269. Bruxelas: Conselho.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 13 de março. (2013). *Reforma «Defesa2020»*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 77, 2285-2289. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.
- STANAG 4728 Ed. 2. (Outubro de 2015). *System Lyfe Cycle Management*. Bruxelas: NATO Standardizations Office (NSO).



Anexo A — Definição de Material de Guerra

Código de Justiça Militar

Livro I - *Dos crimes*

Título I - *Parte geral*

Capítulo II – *Conceitos*

Artigo 7.º - *Material de guerra*

Para efeito do presente Código, considera-se material de guerra:

- a) Armas de fogo portáteis e automáticas, tais como espingardas, carabinas, revólveres, pistolas, pistolas-metralhadoras e metralhadoras, com excepção das armas de defesa, caça, precisão e recreio, salvo se pertencentes ou afectas às Forças Armadas ou outras forças militares;
- b) Material de artilharia, designadamente:
 - i) Canhões, obuses, morteiros, peças de artilharia, armas anticarro, lança-foguetões, lança-chamas, canhões sem recuo;
 - ii) Material militar para lançamento de fumo e gases;
- c) Munições destinadas às armas referidas nas alíneas anteriores;
- d) Bombas, torpedos, granadas, incluindo as fumíferas e as submarinas, potes de fumo, foguetes, minas, engenhos guiados e bombas incendiárias;
- e) Aparelhos e dispositivos para uso militar especialmente concebidos para a manutenção, activação, despoletagem, detonação ou detecção dos artigos constantes da alínea anterior;
- f) Material de direcção de tiro para uso militar, designadamente:
 - i) Calculadores de tiro e aparelhos de pontaria em infravermelhos e outro material para pontaria nocturna;
 - ii) Telémetros, indicadores de posição e altímetros;
 - iii) Dispositivos de observação electrónicos e giroscópios, ópticos e acústicos;
 - iv) Visores de pontaria, alças para canhão e periscópios para o material citado no presente artigo;
- g) Veículos especialmente concebidos para uso militar e em especial:
 - i) Carros de combate;
 - ii) Veículos de tipo militar, couraçados ou blindados, incluindo os anfíbios;
 - iii) Trens blindados;
 - iv) Veículos militares com meia lagarta;
 - v) Veículos militares para reparação dos carros de combate;
 - vi) Reboques especialmente concebidos para o transporte das munições referidas nas alíneas c) e d);
- h) Agentes tóxicos ou radioactivos, designadamente:
 - i) Agentes tóxicos biológicos ou químicos e radioactivos adaptados para produzir, em caso de guerra, efeitos destrutivos nas pessoas, nos animais ou nas colheitas;
 - ii) Material militar para a propagação, detecção e identificação das substâncias mencionadas na subalínea anterior;
 - iii) Material de protecção contra as substâncias mencionadas na subalínea i);



- i) Pólvoras, explosivos e agentes de propulsão líquidos ou sólidos, nomeadamente:
 - i) Pólvoras e agentes de propulsão líquidos ou sólidos especialmente concebidos e fabricados para o material mencionado nas alíneas c), d) e na alínea anterior;
 - ii) Explosivos militares;
 - iii) Composições incendiárias e congelantes para uso militar;
- j) Navios de guerra de qualquer tipo e seus equipamentos especializados, tais como:
 - i) Sistemas de armas e sensores;
 - ii) Equipamentos especialmente concebidos para o lançamento e contramedidas de minas;
 - iii) Redes submarinas;
 - iv) Material de mergulho;
- l) Aeronaves militares de qualquer tipo e todos os seus equipamentos e sistemas de armas;
- m) Equipamentos para as funções militares de comando, controlo, comunicações e informações;
- n) Aparelhos de observação e registo de imagens especialmente concebidos para uso militar;
- o) Equipamentos para estudos e levantamentos hidrográficos, oceanográficos e cartográficos de interesse militar;
- p) Partes e peças especializadas do material constante do presente artigo, desde que tenham carácter militar;
- q) Máquinas, equipamento e ferramentas exclusivamente concebidas para o estudo, fabrico, ensaio e controlo das armas, munições e engenhos para uso exclusivamente militar constantes do presente artigo;
- r) Qualquer outro bem pertencente às Forças Armadas ou outras forças militares cuja falta cause comprovados prejuízos à operacionalidade dos meios.



Apêndice A — Quadro comparativo da legislação nacional ao nível da alienação do material de guerra desde 1952

	DL n.º 38962, de 24 de outubro	DL n.º 271/76, de 12 de abril	DL n.º 48/89, de 22 de fevereiro	DL n.º 223/92, de 20 de outubro	Atualidade (DGRDN)
Ano	1952	1976	1989	1992	2020
Estado	Revogado	Revogado	Em vigor, modificado pelo DL 223/92, de 20 de outubro	Em vigor	Baseado no DL 223/92, de 20 de outubro
Preambulo / Motivo	Atendendo a que se torna por vezes vantajosa a alienação de material de guerra não necessário à mobilização das FFAA e a que isso se pode fazer sem prejuízo do potencial militar ou fabril do Estado.	verifica-se actualmente a existência de material excedentário, obsoleto ou sem interesse operacional na nova conjuntura, pelo que a sua manutenção, para além de onerosa, não tem qualquer justificação; Atendendo a que, para se obter uma exploração mais económica e consentânea com as necessidades actuais, se torna premente proceder à alienação de certo material, à renovação de outro e, ainda, à melhoria de determinadas infra-estruturas, de forma que possam responder aos requisitos mínimos indispensáveis numa nova sociedade;	Resumo ¹⁹ : Considera que a legislação específica carece de revisão atendendo à sua desatualização, pretendendo-se uma “exploração mais económica e consentânea com as necessidades à data. A legislação aplicável à alienação do material de guerra e demais equipamentos militares desnecessários às Forças Armadas e, em especial, as normas dos Decretos-Leis n.os 38962, de 24 de Outubro de 1952, e 271/76, de 12 de Abril, carecem de revisão, atendendo quer à sua desactualização quer à publicação da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Por forma a obter uma exploração mais económica e consentânea com as necessidades actuais, torna-se premente proceder à alienação de certo material, à renovação de outro e, ainda, à melhoria de determinadas infra-estruturas. Tais alienações, constituindo actos de gestão, têm como objectivo recuperar para os cofres do Estado receita passível de aplicação na substituição do material alienado por outro tecnicamente mais actualizado e operacionalmente necessário, tendo em vista interesses de natureza estratégica, e visam libertar as Forças Armadas de encargos de armazenagem e manutenção de artigos obsoletos e inúteis.	O Decreto-Lei n.º 48/89, de 22 de fevereiro, alterou a legislação aplicável à alienação do material de guerra e demais equipamentos militares, desnecessários às Forças Armadas, atendendo à sua desactualização e ao enquadramento decorrente da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro. Regulando-se a alienação do material de guerra não necessário à mobilização das Forças Armadas nem cativo a obrigações internacionais assumidas pelo Estado, nada se dispôs, porém, quanto à alienação dos demais equipamentos militares nas mesmas condições ou igualmente desnecessários pela sua natureza, estado ou condição.	
Atividade	Alienação	Alienação	Alienação	Alienação	Alienação
Tipo Material	Material de guerra ou naval, munições e equipamentos militares (art.º 1.º)	Material excedentário, obsoleto ou sem interesse operacional	Material de guerra, naval, terrestre ou aéreo	Material de natureza diferente do material de guerra, naval, terrestre ou aéreo	Material de guerra, naval, terrestre ou aéreo.
Competência para a autorização do procedimento	Compete ao MDN, sobre informação dos departamentos interessados, verificar a disponibilidade do material e definir os princípios gerais a observar nas negociações (§1.º art.º 1.º).	Artigo 1.º É autorizado o Estado-Maior da Força Aérea a alienar material aéreo, munições ou equipamentos militares não necessários à mobilização das forças armadas, nem cativos a obrigações internacionais assumidas pelo Estado.	Artigo 1.º Fica o Ministro da Defesa Nacional autorizado a proceder à alienação de todo o material de guerra, naval, terrestre ou aéreo, não necessário à mobilização das Forças Armadas nem cativo a obrigações internacionais assumidas pelo Estado e que seja considerado disponível.	Artigo 1.º É aditado o artigo 4.º-A ao Decreto-Lei n.º 48/89, de 22 de Fevereiro, com a seguinte redacção: Art. 4.º-A - 1 - Ficam os chefes dos estados-maiores dos ramos das Forças Armadas autorizados a proceder à alienação dos equipamentos militares desnecessários às Forças Armadas, de natureza diferente do material abrangido pelo artigo 1.º, ainda que sob a forma de sucata ou de outros produtos do aniquilamento de materiais julgados incapazes. 2 - Compete aos chefes dos estados-maiores dos ramos das Forças Armadas determinar a disponibilidade para alienação dos equipamentos referidos no número anterior, sob proposta dos serviços competentes do ramo das Forças Armadas a que eles estejam afectos, processando-se a respectiva alienação por seu intermédio.	É entendido que a autorização para a abertura do procedimento é da competência do MDN.
Entidade em que é delegada a condução do procedimento			Artigo 3.º A alienação referida no artigo 1.º processa-se por intermédio da DGA [...]		DGRDN

¹⁹ Para indicar que o texto seguinte é um resumo da matéria em causa.



	DL n.º 38962, de 24 de outubro	DL n.º 271/76, de 12 de abril	DL n.º 48/89, de 22 de fevereiro	DL n.º 223/92, de 20 de outubro	Atualidade (DGRDN)
Ramos / Disponibilização do material	Autoriza o Governo, pelos Ministérios do Exército e da Marinha e pelo Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, a alienar material de guerra ou naval, munições e equipamentos militares não necessários à mobilização das forças armadas nem cativos de obrigações internacionais assumidas pelo Governo (art.º 1.º).	Artigo 2.º Compete ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, em conjunto com o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, sancionar a disponibilidade de material.	Artigo 2.º Compete aos Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea determinar a disponibilidade do material de guerra a alienar, após parecer do Conselho de Chefes de Estado-Maior sobre a proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo das Forças Armadas a que aquele esteja afecto.		Mantém-se o formato previsto no art.º 2.º do DL 48/89, de 22 de fevereiro, em que os CEM da Armada, Exército e da Força Aérea determinam a disponibilidade do material de guerra a alienar, após parecer do CCEM sobre proposta do CEM do ramo das FFAA a que o material esteja afeto.
Produto Venda	O produto da venda dará entrada nos cofres do Estado e será consignado ao reforço da importância a que alude o artigo 25º da Lei n.º 2050, de 26 de dezembro de 1951, para substituição do material de defesa alienado ou reequipamento dos estabelecimentos fabris militares do Estado, se necessário (§2, art.º 1.º).	Artigo 3.º O produto de venda do material referido dará entrada nos cofres do Estado e será consignado ao reforço das verbas inscritas no orçamento ordinário do Departamento da Força Aérea para a aquisição de novos materiais mais adequados às necessidades ou beneficiação das infra-estruturas aeronáuticas, ficando o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea autorizado a proceder às operações necessárias para as respectivas aquisições e beneficiações.	Artigo 5.º O produto da venda do material de guerra alienado pelos ramos das Forças Armadas dará entrada nos cofres do Estado e será consignado à inscrição ou reforço das verbas afectas aos ramos para aquisição de novos materiais mais adequados às necessidades ou beneficiações das infra-estruturas.	Artigo 2.º O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 48/89, de 22 de fevereiro, passa a ter a seguinte redacção: Art. 5.º O produto da venda do material de guerra e demais equipamentos militares alienados pelos ramos das Forças Armadas dará entrada nos cofres do Estado e será consignado à inscrição ou reforço das verbas afectas aos ramos para aquisição de materiais mais adequados às necessidades ou para beneficiação de infra-estruturas.	O produto da venda do material tem sido consignado à inscrição ou reforço das verbas afetas aos ramos.
Permissões / Condicionamentos	Permite à indústria portuguesa, do Estado ou particular, mediante autorização para cada caso, aceitar encomendas de material de guerra ou naval, munições e equipamentos militares destinados a países estrangeiros reconhecidamente idóneos (art.º 2.º).		Artigo 3.º A alienação referida no artigo 1.º processa-se por intermédio da DGA e deverá acautelar interesses de natureza estratégica ou outros que importe salvaguardar, designadamente: a) O interesse que o material possa ter para os outros ramos das Forças Armadas, incluindo os estabelecimentos fabris deles dependentes, e para as forças de segurança; b) O interesse que o material possa ter para a INDEP - Indústrias Nacionais de Defesa, E. P., e para as restantes empresas do mesmo sector; c) Os interesses e o bom nome da indústria nacional de defesa quando se pretenda alienar armas e munições de fabrico nacional cujos modelos ainda sejam comercializáveis pelos respectivos produtores. Artigo 4.º Sem prejuízo do disposto na alínea a) do artigo anterior, o material de guerra do tipo armamento, munições e substâncias explosivas só pode ser alienado, para utilização em território nacional, nos seguintes casos: a) Armamento de qualquer tipo - quando desmantelado e inutilizado para sucata, salvo se, nos termos da legislação aplicável, for destinado a museus ou à integração em colecções; b) Munições e explosivos - quando destinados a serviços ou entidades credenciados pelo Ministério da Defesa Nacional.		Têm sido acautelados os interesses de natureza estratégica ou outros que importe salvaguardar, designadamente: a) Para os outros ramos, pelo facto da aprovação do material a alienar ser presente a autorização do CCEM e das FSS (através da consulta efetuada ao MAI); b) Para as Indústrias de Defesa Nacional, através da consulta à empresa EMPORDEF, que foi extinta através do Despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro.
Revogado / Alterado	Nenhum	Nenhum	Revoga os DL n.º 38962, de 24 de outubro, e o DL n.º 271/76, de 12 de Abril.	Altera o DL n.º 48/89, de 22 de fevereiro.	



Apêndice B — Legislação relativa aos organismos responsáveis pela AMG

Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
MDN / 1982	Lei n.º 29/82 de 11 de dezembro A Assembleia da República decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 234.º da Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro, o seguinte: Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.	Lei n.º 29/82 de 11 de dezembro Resumindo, a Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas), atribui ao Governo a responsabilidade pela condução da política de defesa nacional, que, de acordo com a mesma lei, tem natureza global, abrangendo uma componente militar e componentes não militares, tendo isso originado uma necessária mudança ao nível do MDN.	Lei n.º 29/82 de 11 de dezembro CAPÍTULO V - Ministério da Defesa Nacional Artigo 34.º - Atribuições O Ministério da Defesa Nacional é o departamento governativo da administração central ao qual incumbe preparar e executar a política de defesa nacional, no âmbito das competências que lhe são conferidas pelo presente diploma, bem como assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas e dos demais órgãos, serviços e organismos nele integrados. Artigo 35.º - Integração das Forças Armadas no Estado 1 - As Forças Armadas inserem-se na administração directa do Estado através do Ministério da Defesa Nacional. 2 - Dependem do Ministro da Defesa Nacional: a) O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; b) Os Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea; c) O director do Instituto de Defesa Nacional; d) O director nacional de Armamento; e) A autoridade nacional de segurança; f) Os responsáveis dos demais órgãos, serviços e organismos de carácter militar colocados na sua dependência. 3 - Fazem também parte do Ministério da Defesa Nacional o Conselho Superior Militar e o Conselho de Chefes de Estado-Maior. Artigo 36.º - Estrutura orgânica 1 - A estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional será aprovada por decreto-lei. 2 - O Ministério da Defesa Nacional prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao Conselho Superior de Defesa Nacional e às funções próprias do Primeiro-Ministro em matéria de defesa nacional e Forças Armadas. 3 - Estão sujeitas à tutela administrativa ou à fiscalização do Ministério da Defesa Nacional a INDEP - Indústrias Nacionais de Defesa, E. P., e as restantes empresas do mesmo sector que a lei ou os estatutos submetam à respectiva jurisdição. Artigo 44.º - (Competência do Ministro da Defesa Nacional) 1 - O Ministro da Defesa Nacional é politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar da política de defesa nacional, pela administração das Forças Armadas e pela preparação dos meios militares e resultados do seu emprego, bem como pela administração dos órgãos, serviços e organismos dele dependentes. 2 - Compete em especial ao Ministro da Defesa Nacional: [...] g) Elaborar e dirigir a execução da política nacional de armamento e de equipamentos de defesa nacional; [...] 3 - Compete ainda ao Ministro da Defesa Nacional controlar a correcta administração dos meios humanos, materiais e financeiros postos à disposição das Forças Armadas e dos órgãos, serviços e organismos dele dependentes, bem como a correcta execução da legislação aplicável a umas e outros, podendo para o efeito criar na sua dependência uma inspecção-geral das Forças Armadas.
MDN / 1988	Decreto-Lei n.º 46/88 de 11 de fevereiro Define as atribuições e cria a estrutura orgânica do MDN.	Decreto-Lei n.º 46/88 de 11 de fevereiro A Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas), atribui ao Governo a responsabilidade pela condução da política de defesa nacional, que, de acordo com a mesma lei, tem natureza global, abrangendo uma componente militar e componentes não militares. O relevo das atribuições referidas evidencia a necessidade, aliás amplamente reconhecida, de se dotar o MDN de uma estrutura orgânica que, de modo consistente, assegure a preparação e a execução da componente militar da política de defesa nacional e permita o adequado exercício das funções de controle e administração das Forças Armadas prescritas na referida Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA).	Decreto-Lei n.º 46/88 de 11 de fevereiro Capítulo I - Atribuições Artigo 1.º - Atribuições do Ministério da Defesa Nacional 1 - Ao Ministério da Defesa Nacional, abreviadamente designado por Ministério ou MDN, incumbe, no âmbito das competências que lhe são conferidas pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA): a) Preparar e executar a política de defesa nacional; b) Assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas e dos demais órgãos, serviços e organismos nele integrados. 2 - Constituem, designadamente, atribuições do MDN: [...] d) Definir e dirigir a política nacional de armamento e de infra-estruturas; e) Coordenar e orientar as acções relativas à satisfação dos compromissos militares decorrentes de acordos internacionais e, bem assim, as relações com organismos internacionais de carácter militar, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE); [...] CAPÍTULO II - Estrutura orgânica Artigo 2.º - Estrutura 1 - O MDN integra a estrutura das Forças Armadas, que compreende, nos termos previstos na LDNFA, os órgãos militares de comando e os três ramos das Forças Armadas - Marinha, Exército e Força Aérea. 2 - O MDN integra ainda:

²⁰ Apresenta a entidade relacionada com as matérias elencadas nas colunas à sua direita.
²¹ Origem/alteração que foi promovida pela respetiva legislação.
²² Entendidos como mais relevantes para o objeto de estudo em causa.
²³ Entendidos como mais relevantes para o objeto de estudo em causa.



Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
			a) O Conselho Superior Militar (CSM); b) O Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM); [...] f) A Direcção-Geral de Armamento (DGA); [...] Artigo 3.º - Entidades tuteladas pelo Ministro da Defesa Nacional Estão sujeitas à tutela do Ministro da Defesa Nacional, sem prejuízo da regulamentação própria aplicável: a) A INDEP, Indústria Nacional de Defesa, E. P., e as restantes empresas do mesmo sector que a lei ou os estatutos submeterem à respectiva jurisdição; [...]
DGA / 1988	Decreto-Lei n.º 46/88 de 11 de fevereiro Cria a DGA (art.º 2.º respetivo, p. 482).	Decreto-Lei n.º 46/88 de 11 de fevereiro Promover a institucionalização de uma estrutura de apoio ao prosseguimento das atribuições do diretor nacional e Armamento. (DL 46/88, 1988, p. 482)	Decreto-Lei n.º 46/88 de 11 de fevereiro À DGA competia, designadamente: elaborar os estudos necessários à definição das políticas a adoptar nos domínios do armamento e equipamento de defesa e participar na sua execução; proceder à qualificação das entidades ou empresas que intervenham no fornecimento de armamento e equipamento de defesa e assegurar a auditoria técnica na fase de execução dos contratos. (alíneas a) e f) do §2 do art.º 12.º do DL 46/88, de 11 de fevereiro) A DGA deveria promover a audição das Forças armadas e da indústria nacional (§3 do art.º 12.º do DL 46/88, de 11 de fevereiro)
DGA / 1989	Decreto Regulamentar n.º 32/89 de 27 de outubro, publicado no DR, Série I, n.º 248, de 1989-10-27 Estabelece a Organização e competências da DGA.	Decreto Regulamentar n.º 32/89 de 27 de outubro Com a aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, através do Decreto-Lei n.º 46/88, de 11 de Fevereiro, o Governo visou a criação de uma estrutura que permitisse assegurar a preparação e execução da componente militar da política de defesa nacional, bem como garantir o adequado exercício das funções de controlo e administração das forças armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) (preambulo do DReg 32/89, p. 4764).	Decreto Regulamentar n.º 32/89 de 27 de outubro Artigo 50.º - Divisão de Procedimentos e Administração de Contratos À DPAC compete: c) Promover, coordenar e executar a aquisição ou venda conjunta de material de defesa de que venha a ser incumbida pelo Ministro da Defesa Nacional. Artigo 51.º - Divisão de Relações Comerciais À DRC compete: a) Promover e coordenar as acções tendentes à reutilização de material de defesa pelos ramos das forças armadas ou pelas forças de segurança onde seja utilizável, quando declarado excedente ou desnecessário em qualquer destas entidades;
DGAED / 1993	Criada pelo DL n.º 47/93 de 26 de fevereiro Organização e competências estabelecidas pelo Decreto Regulamentar 12/95, de 23 de maio .	Decreto Regulamentar n.º 12/95, de 23 de maio Com a reformulação da estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional, operada pelo Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, visou o Governo, aproveitando a experiência colhida pela estrutura implementada pelo Decreto Regulamentar n.º 32/89, de 27 de Outubro, dar uma resposta mais consentânea com as actuais exigências, nos planos interno e externo, da política de defesa nacional.	DL n.º 47/93 de 26 de fevereiro Art.º 14.º - DGAED 2- À DGAED compete, em especial... [...] d) Proceder à qualificação periódica das empresas do sector da defesa e apoiar a instrução do seu processo de credenciação; [...] i) Participar na definição das políticas nacionais relativas ao controlo das importações e exportações de armamento, equipamentos e serviços e outros produtos de carácter estratégico; j) Analisar e processar os pedidos de autorização de exportação e importação de armamento, equipamentos e serviços e supervisionar o cumprimento dos procedimentos legais. Decreto Regulamentar n.º 12/95, de 23 de maio CAPÍTULO I - Natureza Artigo 1.º - Natureza A Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED) é o serviço de estudo, execução e coordenação das actividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa. Artigo 14.º - Divisão de Controlo de Importações e Exportações À DCIE compete: a) Analisar, obter pareceres legais e processar os pedidos de autorização para a exportação ou importação de armamento, equipamentos e serviços de defesa, supervisionando a sua execução; [...] e) Promover e coordenar as acções tendentes à reutilização de material de defesa pelos ramos das Forças Armadas ou pelas forças de segurança onde seja utilizável, quando declarado excedente ou desnecessário em qualquer destas entidades, ou a sua alienação para a exportação ou inutilização e venda como sucata;
DGAIED / 2009	Criada pelo DL n.º 154-A/2009, de 6 de julho . Organização e competências estabelecidas pelo DL n.º 23/2009, de 4 de setembro , sucedendo à DGAED e à DGIE nas atribuições e competências,	Decreto-Lei n.º 154-A/2009, de 6 de Julho O Programa de Governo consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do País. Com esse objectivo, no domínio da reorganização estrutural da Administração, o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005,	Decreto-Lei n.º 154-A/2009, de 6 de Julho Artigo 16.º - Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa 1 - A Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa (DGAIED) tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as actividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa, e ao património e infra-estruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional. 2 - A DGAIED prossegue as seguintes atribuições: [...]



Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
	concentrando as funções e actividades que até à data foram asseguradas por estes serviços e adoptando uma estrutura mista.	de 4 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), tendo como objectivo a promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência pela simplificação, racionalização e automatização, que permitam a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos. (Preambulo, DL n.º 154-A/2009 de 6 de julho, publicado no DR n.º 128/2009, 2º Suplemento, Série I de 2009-07-06., p. 4324-(4)) Quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e na sequência da aprovação desta Lei Orgânica do MDN, consagrada no DL n.º 154-A/2009, de 6 de julho será estabelecida a estrutura orgânica da Direcção - Geral de Armamento e Infra -Estruturas de Defesa (DGAIED). (preâmbulo, Decreto Regulamentar n.º 23/2009 de 4 de setembro, publicado no DR, I Série n.º 172 de 4 de setembro de 2009, p. 5970).	d) Promover, coordenar e executar, em cooperação com o EMGFA, os ramos das Forças Armadas e as forças de segurança, as actividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção e alienação, sob sua responsabilidade, à garantia da qualidade, catalogação e normalização de material, à desmilitarização e alienação; Decreto Regulamentar n.º 23/2009 de 4 de setembro Artigo 2.º - Missão e atribuições 1 - A DGAIED tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as actividades relativas ao armamento e equipamento de defesa e ao património e infra-estruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional. 2 - A DGAIED prossegue as seguintes atribuições: [...] d) Promover, coordenar e executar, em cooperação com o Estado -Maior General das Forças Armadas (EMGFA), os ramos das Forças Armadas e as forças de segurança, as actividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição e manutenção, sob sua responsabilidade, à garantia da qualidade, catalogação e normalização de material e à desmilitarização e alienação;
DGAIED / 2011	Alterada pelo DL n.º 122/2011, de 29 de dezembro .	Decreto-Lei n.º 122/2011 de 29 de dezembro No âmbito do Compromisso Eficiência, o XIX Governo Constitucional determinou as linhas gerais do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), afirmando que o primeiro e mais importante impulso do Plano deveria, desde logo, ser dado no processo de preparação das leis orgânicas dos ministérios e dos respectivos serviços. Trata-se de algo absolutamente estruturante, por um lado, para o início de uma nova fase da reforma da Administração Pública, no sentido de a tornar eficiente e racional na utilização dos recursos públicos e, por outro, para o cumprimento dos objectivos de redução da despesa pública a que o país está vinculado. Com efeito, mais do que nunca, a concretização simultânea dos objectivos de racionalização das estruturas do Estado e de melhor utilização dos seus recursos humanos é crucial no processo de modernização e de optimização do funcionamento da Administração Pública.	Decreto-Lei n.º 122/2011 de 29 de dezembro Artigo 15.º - Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa 1 - A Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, abreviadamente designada por DGAIED, tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as actividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa, e ao património e infra-estruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional. 2 - A DGAIED prossegue, designadamente, as seguintes atribuições: [...] d) Promover, coordenar e executar as actividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção e alienação sob sua responsabilidade, à garantia da qualidade, catalogação e normalização de material, à desmilitarização e alienação, em cooperação com o EMGFA, os ramos das Forças Armadas e o Ministério da Administração Interna; (Decreto-Lei n.º 122/2011 de 29 de Dezembro, p. 5478) e) Propor a concessão de autorizações para o acesso e o exercício das actividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares, proceder à supervisão da actividade das empresas do sector da defesa e proceder ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares, supervisionando o cumprimento dos normativos legais;
DGAIED / 2012	Atribuições e tipo de estrutura interna estabelecidas pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro .	Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro Artigo 2.º - Missão e atribuições 1 - A DGAIED tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as actividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa, e ao património e infra-estruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional.	Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro Artigo 2.º - Missão e atribuições 1 - A DGAIED tem por missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as actividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa, e ao património e infra-estruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional. 2 - A DGAIED prossegue as seguintes atribuições: [...] d) Promover, coordenar e executar as actividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção e alienação sob sua responsabilidade, à garantia da qualidade, catalogação e normalização de material, e à desmilitarização e alienação, em cooperação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), os ramos das Forças Armadas e o Ministério da Administração Interna; e) Propor a concessão de autorizações para o acesso e o exercício das actividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares, proceder à supervisão da actividade das empresas do sector da defesa e proceder ao controlo das importações e exportações de produtos relacionados com a defesa, supervisionando o cumprimento dos normativos legais;
DGAIED / 2012	Estrutura nuclear determinada pela portaria n.º 92/2012 de 02 de abril	Portaria n.º 92/2012, de 02 de abril O Decreto Regulamentar n.º 5/2012, de 18 de janeiro, definiu a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED).	Portaria n.º 92/2012, de 02 de abril Artigo 1.º - Estrutura nuclear da Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa 1 - A Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED) estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares: [...] b) Direcção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística;



Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
		Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, determinar a estrutura nuclear e estabelecer o número máximo de unidades flexíveis e matriciais do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas (Port 92/2012, p. 1624).	[...] Artigo 3.º - Direção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística À Direção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística, abreviadamente designada por DSPIL, compete: a) Promover, coordenar e executar, em cooperação com o EMGFA, os ramos das Forças Armadas e demais entidades intervenientes, projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa; [...] c) Promover, coordenar e executar os processos de alienação de armamento, equipamentos e sistemas de defesa; [...] f) Estabelecer normas e procedimentos, gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa, bem como os que respeitam ao exercício das atividades de indústria e comércio de armamento pelas empresas nacionais interessadas, supervisionando o cumprimento das disposições legais aplicáveis;
DGRDN / 2014	Criada pelo DL n.º 183/2014, de 29 de dezembro.	Decreto-Lei n.º 183/2014 de 29 de dezembro Considerando os objetivos do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), através do Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro, foi efetuada a reorganização da estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), para obtenção de uma maior eficiência dos serviços. Desta reorganização resultou uma modificação muito significativa dos cargos dirigentes, superiores e intermédios, bem como a correspondente racionalização dos serviços. (DL 183/2014, p. 6375) No contexto do MDN e ao nível da macroestrutura, a Reforma «Defesa 2020» apontou para o aprofundamento da reorganização dos serviços centrais, através da fusão da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar com a Direção-Geral de Armamento, Infraestruturas e Equipamentos de Defesa, dando origem à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, algo que é concretizado através do presente decreto-lei.	Decreto-Lei n.º 183/2014 de 29 de dezembro Capítulo I - Missão e atribuições Artigo 1.º - Missão O Ministério da Defesa Nacional, abreviadamente designado por MDN, é o departamento governamental que tem por missão a preparação e execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela Lei de Defesa Nacional, bem como assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas e dos demais serviços e organismos nele integrados. (DL 183/2014, p. 6375) Artigo 2.º - Atribuições Na prossecução da sua missão, são atribuições do MDN: a) Participar na definição da política de defesa nacional; b) Elaborar e executar a política relativa à componente militar da defesa nacional; Artigo 4.º - Administração direta do Estado 1 — As Forças Armadas integram-se na administração direta do Estado, através do MDN, com a organização que consta na LOBOFA, e compreendem: a) O Estado-Maior-General das Forças Armadas; b) Os ramos das Forças Armadas — Marinha, Exército e Força Aérea. 2 — Integram ainda a administração direta do Estado, no âmbito do MDN, os seguintes serviços centrais: [...] d) A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional; Artigo 14.º - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional 1 — A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, abreviadamente designada por DGRDN, tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional. 2 — A DGRDN prossegue, designadamente, as seguintes atribuições: [...] g) Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional; h) Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional; [...] k) Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;
DGRDN / 2015	Missão, atribuições e tipo de estrutura interna estabelecidas pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho.	Decreto Regulamentar n.º 8/2015 de 31 de julho Atendendo ao Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, foi preconizado o aprofundamento da reorganização dos serviços centrais, através da criação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, resultante da fusão da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar com a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, e o reforço das atribuições da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional e da Secretaria-Geral do MDN.	Decreto Regulamentar n.º 8/2015 de 31 de julho Artigo 2.º - Missão e atribuições Missão e atribuições 1 - A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional. 2 - A DGRDN prossegue as seguintes atribuições: j) Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional; k) Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional; n) Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização; o) Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares; Artigo 4.º - Diretor-geral 1 - Compete ao diretor-geral dirigir e orientar a ação dos órgãos e serviços da DGRDN, nos termos das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas.



Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
			2 - Compete ainda ao diretor-geral exercer as funções de Diretor Nacional de Armamento.
DGRDN / 2015	Estrutura nuclear e competências das respetivas unidades orgânicas determinadas pela portaria n.º 283/2015 de 15 de setembro .	Portaria n.º 283/2015 de 15 de setembro Na sequência do Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a nova lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional, foram definidos, através do Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, determinar a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas, e estabelecer o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.	Portaria n.º 283/2015 de 15 de setembro Artigo 1.º - Estrutura nuclear da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional 1 - A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, abreviadamente designada por DGRDN, estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares: [...] d) Direção de Serviços de Armamento e Equipamento; [...] f) Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente; [...] Artigo 5.º - Direção de Serviços de Armamento e Equipamento À Direção de Serviços de Armamento e Equipamento, abreviadamente designada por DSAE, compete: [...] k) Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa, no quadro da legislação internacional em vigor; l) Estabelecer normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de indústria e comércio de armamento pelas empresas nacionais, supervisionando o cumprimento das disposições legais aplicáveis; m) Propor a concessão de autorizações relativas ao acesso das empresas ao exercício das atividades de indústria e comércio de bens, serviços e tecnologias de defesa, emitir as declarações de elegibilidade quando necessário e controlar as atividades delas decorrentes; n) Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados; [...] Artigo 7.º - Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente À Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente, abreviadamente designada por DSQA, compete: [...] b) Coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade; c) Elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente, coordenar e acompanhar a respetiva execução; [...] f) Intervir, como órgão técnico no domínio do ambiente, nos processos relativos ao armamento, equipamento, infraestruturas e serviços de defesa e cooperar com os ramos das Forças Armadas na implementação e na manutenção de sistemas de gestão ambiental; [...] h) Assegurar a gestão e coordenação do Sistema Nacional de Catalogação em articulação com o Sistema OTAN de Catalogação, bem como a gestão e coordenação dos dados do material nos domínios técnico, administrativo e logístico, perseguindo objetivos de interoperabilidade; i) Coordenar e promover os processos de alienação e desmilitarização de armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa, assegurando apoio técnico, emitindo pareceres e propondo os respetivos procedimentos de contratação pública;
DGRDN / 2015	Despacho n.º 10972/2015, de 25 de setembro Define, implementa e atribui competências à Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) e à Divisão de Normalização e Catalogação (DNC) da Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente (DSQA).	Despacho n.º 10972/2015 de 25 de setembro Considerando que o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional [...] Considerando ainda que a Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, estabeleceu a estrutura nuclear da DGRDN [...] Importa agora definir e implementar a estrutura flexível da DGRDN [...]	Despacho n.º 10972/2015 de 25 de setembro Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino o seguinte: 1 — Na Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente (DSQA), a que se refere o artigo 7.º da Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, são criadas: 1.1 — A Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ), com as seguintes competências: <i>a)</i> Coordenar e promover os processos de alienação e desmilitarização de armamento, equipamentos, sistemas e serviços de defesa, assegurando apoio técnico, emitindo pareceres e propondo os respetivos procedimentos de contratação pública; <i>b)</i> Exercer as competências de autoridade nacional para o exercício da garantia governamental da qualidade no âmbito da Defesa Nacional, intervir como órgão técnico na garantia da qualidade do armamento, equipamentos e sistemas de defesa, coordenando ou executando inspeções técnicas e estabelecendo normas e procedimentos neste domínio; [...] <i>f)</i> Intervir, como órgão técnico no domínio do ambiente, nos processos relativos ao armamento, equipamento, infraestruturas e serviços de defesa e cooperar com os ramos das Forças Armadas na implementação e na manutenção de sistemas de gestão ambiental; [...] 1.2 — A Divisão de Normalização e Catalogação (DNC), com as competências: <i>a)</i> Exercer as funções de Centro Nacional de Catalogação (CNC) OTAN e, na qualidade de Autoridade Nacional, garantir a definição, planeamento, coordenação e execução das políticas de defesa no domínio da catalogação; [...] <i>e)</i> Coordenar e gerir o sistema de normalização de defesa nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade; <i>f)</i> Assegurar a gestão e coordenação do Sistema Nacional de Catalogação (SNC) em articulação com o Sistema OTAN de Catalogação (SOC) e com o Sistema Integrado de Gestão (SIG), e em apoio das funções logísticas dos ramos das Forças Armadas;



Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
			g) Assegurar processo de catalogação do material e as transações de catalogação com os centros congéneres dos países com Sistema OTAN de Catalogação (SOC);
DGRDN / 2015	Despacho n.º 11046/2015, de 25 de setembro Define, implementa e atribui competências à Divisão de Planeamento e Programação (DPP) e à Divisão de Indústria Logística e Investigação e Desenvolvimento (DIL) da Direção de Serviços de Armamento e Equipamento (DSAE).	Despacho n.º 11046/2015 de 25 de setembro Considerando que o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional [...] Considerando ainda que a Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, estabeleceu a estrutura nuclear da DGRDN [...] Importa agora definir e implementar a estrutura flexível da DGRDN [...]	Despacho n.º 11046/2015 de 25 de setembro Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino o seguinte: 1 — Na Direção de Serviços de Armamento e Equipamento (DSAE), a que se refere o artigo 5.º da Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, são criadas: 1.1 — A Divisão de Planeamento e Programação (DPP), com as seguintes competências: [...] 1.2 — A Divisão de Indústria Logística e Investigação e Desenvolvimento (DIL), com as seguintes competências: <i>d)</i> Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa, no quadro da legislação internacional em vigor; <i>e)</i> Estabelecer normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de indústria e comércio de armamento pelas empresas nacionais, supervisionando o cumprimento das disposições legais aplicáveis; <i>f)</i> Propor a concessão de autorizações relativas ao acesso das empresas ao exercício das atividades de indústria e comércio de bens, serviços e tecnologias de defesa, emitir as declarações de elegibilidade quando necessário e controlar as atividades delas decorrentes; <i>g)</i> Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados; [...] <i>i)</i> Emitir as licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa;
DGRDN / 2019	Despacho n.º 3575/2019 de 28 de fevereiro Cria, na direta dependência do Diretor-geral de Recursos da Defesa Nacional, a equipa multidisciplinar designada Gabinete de Contratação da Defesa [...]	Despacho n.º 3575/2019 de 28 de fevereiro Considerando que o Decreto -Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, alterado pelos Decretos -Leis n.os 146/2015, de 3 de agosto e 35/2016, de 29 de junho, que aprovou a nova lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional ... Considerando que nos termos da alínea <i>k)</i> do n.º 2 do artigo 14.º do referido diploma, à DGRDN compete, entre outras atribuições, “planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização”;	Despacho n.º 3575/2019 de 28 de fevereiro Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2.º do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino o seguinte: 1 — É criada, na direta dependência do Diretor-geral de Recursos da Defesa Nacional, a equipa multidisciplinar designada Gabinete de Contratação da Defesa, com a principal atribuição de assegurar a análise e apoio jurídico aos procedimentos de contratação pública no domínio das aquisições de equipamentos militares e respetiva manutenção, em particular no âmbito da execução das capacidades inscritas na Lei de Programação Militar, bem como relativamente aos procedimentos de alienação e desmilitarização de material militar. [...] 6 — São extintas a Divisão de Análise Jurídica e Contratual (DAJC), criada pelo Despacho n.º 11368/2015, de 2 de outubro de 2015, publicado no <i>Diário da República</i> , 2.ª série, N.º 199, de 12 de outubro de 2015, e o Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico criado pelo Despacho n.º 1481/2016, de 6 de janeiro de 2016, publicado no <i>Diário da República</i> , 2.ª série, N.º 21, de 01 de fevereiro de 2016.
Armada / 2015	Decreto Regulamentar n.º 10/2015 de 31 de julho Altera a Lei Orgânica da Armada.	Decreto Regulamentar n.º 10/2015 de 31 de julho A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma «Defesa 2020», definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas. No âmbito desta reforma, e no seguimento da aprovação da Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1 -A/2009, de 7 de julho, o Decreto -Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica da Marinha, determinando que as atribuições, competências e organização da estrutura interna da Marinha seriam estabelecidas por decreto regulamentar.	Decreto Regulamentar n.º 10/2015 de 31 de julho CAPÍTULO II - Estado -Maior da Armada [...] Artigo 9.º - Missão O EMA tem por missão o estudo, conceção e planeamento das atividades da Marinha, para apoio à decisão do CEMA. Artigo 10.º - Competências 1 — Ao EMA compete: [...] <i>h)</i> Efetuar a programação de recursos nas áreas do pessoal, do material, das infraestruturas, das finanças e da informação; [...] Artigo 11.º - Estrutura 1 — O EMA compreende: [...] <i>b)</i> A Divisão de Recursos (DIVREC); [...] Artigo 13.º Divisão de Recursos À DIVREC compete: <i>a)</i> Elaborar estudos, planos, informações, pareceres ou propostas no âmbito: [...] <i>iii)</i> Dos recursos do material, incluindo infraestruturas, designadamente quanto aos equipamentos e sistemas de armas e sensores das forças e unidades navais, aos sistemas e equipamentos da plataforma naval, ao aumento e abate de unidades navais e unidades auxiliares de Marinha, ao património e servidões militares; [...] CAPÍTULO III - Órgãos centrais de administração e direção Artigo 19.º - Missão



Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
			<p>Os OCAD têm por missão assegurar a direção e execução de áreas ou atividades específicas essenciais, designadamente na gestão de recursos humanos, materiais, financeiros, de informação e de infraestruturas.</p> <p>Artigo 20.º - Composição São OCAD da Marinha: [...] <i>b)</i> A Superintendência do Material (SM); [...] SECÇÃO III - Superintendência do Material</p> <p>Artigo 36.º - Missão A SM tem por missão assegurar as atividades da Marinha no domínio da administração dos recursos do material, sem prejuízo das competências de outras entidades.</p> <p>Artigo 37.º - Competências À SM compete: <i>a)</i> Assegurar as atividades da Marinha no domínio da administração dos recursos do material, compreendendo os recursos de infraestruturas, nos aspetos técnicos e logísticos do ciclo de vida do material naval, nomeadamente na conceção, desenvolvimento, produção ou aquisição, operação e sustentação, onde se inclui o abastecimento e a manutenção, e o respetivo abate; [...] <i>e)</i> Elaborar e implementar a doutrina setorial que regula a administração dos recursos do material, nomeadamente do material naval, que inclui as unidades navais, unidades auxiliares de Marinha, meios de ação naval, equipamento de mergulho e outro material de guerra, simuladores, infraestruturas, viaturas táticas, viaturas administrativas e transportes fluviais;</p>
Exército / 2015	Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho Altera a Lei Orgânica do Exército.	Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma «Defesa 2020», definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas. No âmbito desta reforma, e no seguimento da aprovação da Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1 -A/2009, de 7 de julho, o Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Exército, determinando que as atribuições, competências e estrutura orgânica das unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército seriam estabelecidas por decreto regulamentar.	Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho CAPÍTULO II - Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército [...] SECÇÃO II - Estado-Maior do Exército [...] Artigo 15.º - Estado-Maior Coordenador 1 — O EMC é o principal elemento de apoio à decisão do CEME no âmbito do EME, competindo-lhe efetuar o planeamento de médio e longo prazo, coordenar e supervisionar os planos, tarefas e atividades do Exército. 2 — O EMC compreende: <i>a)</i> A Divisão de Recursos (DR); [...] Artigo 16.º - Divisão de Recursos À DR compete estudar, planear, coordenar e acompanhar as atividades relativas aos recursos humanos, materiais e financeiros, às infraestruturas e à instrução, e, em especial: [...] <i>k)</i> Realizar estudos e elaborar propostas relativas à sustentação logística da força e à sustentação de base; <i>l)</i> Participar na elaboração de memorandos de entendimento e acordos técnicos respeitantes às atividades logísticas; <i>m)</i> Realizar estudos e elaborar propostas sobre a definição das necessidades do Exército, no que diz respeito às infraestruturas e sua utilização; <i>n)</i> Realizar estudos e elaborar propostas sobre imóveis e projetos de investimento em infraestruturas a inscrever na Lei das Infraestruturas Militares;
Força Aérea / 2015	Decreto Regulamentar n.º 12/2015 de 31 de julho Altera a Lei Orgânica da Força Aérea.	Decreto Regulamentar n.º 12/2015 de 31 de julho A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma «Defesa 2020», definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas. No âmbito desta reforma, e no seguimento da aprovação da Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, o Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica da Força Aérea, determinando que as atribuições, competências e organização da estrutura	Decreto Regulamentar n.º 12/2015 de 31 de julho CAPÍTULO III - Estado-Maior da Força Aérea Artigo 7.º - Missão e competências 1 — O EMFA tem por missão o estudo, a conceção e o planeamento das atividades da Força Aérea, para apoio à decisão do CEMFA. 2 — Ao EMFA compete: [...] Artigo 8.º - Estrutura O EMFA compreende: <i>a)</i> O Subchefe do EMFA; <i>b)</i> A Divisão de Recursos; [...] Artigo 10.º - Divisão de Recursos 1 — A Divisão de Recursos tem por missão efetuar estudos e desenvolver planos no âmbito das políticas de pessoal, logística, financeira e organizacional, bem como elaborar as respetivas propostas de diretivas. 2 — À Divisão de Recursos compete: [...] <i>i)</i> Planear a alienação e destruição de material de guerra da Força Aérea;



Organismo / Ano ²⁰	Instituída(o)/Alterada(o) ²¹	Objetivo / Motivo(s) ²²	Atribuições / Competências ²³
		interna da Força Aérea seriam estabelecidas por decreto regulamentar.	
INDEP / 1980	Criada pelo DL n.º 515/80, de 31 de outubro , a empresa pública Indústrias Nacionais de Defesa, E. P. (INDEP) substituiu a Fábrica Militar de Braço de Prata e a Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras (art.º 1.º do DL 515/80, de 31 de outubro).	DL n.º 515/80, de 31 de outubro Com a finalidade de possibilitar a viabilização económica da industria militar em épocas de insuficiência de mercado para os produtos do seu objeto principal e de poder, mais amplamente, pôr à disposição da economia nacional o seu potencial tecnológico e de equipamento industrial, entre outros motivos, foi criada A INDEP, Indústria Nacional de Defesa, E. P., e as restantes empresas do mesmo sector que a lei ou os estatutos subscreverem à respetiva jurisdição estavam sujeitas à tutela do MDN, sem prejuízo da regulamentação própria aplicável (alínea a) do art.º 3.º do DL 46/88, de 11 de fevereiro, p. 253).	DL n.º 515/80, de 31 de outubro A INDEP tinha como objeto principal o estudo, desenvolvimento, produção, ensaio e reparação industrial de materiais militares (armamento), designadamente os seguintes: armas de pequeno e médio calibre, morteiros, lança-foguetes e respectivas munições; ... (alínea a) do art.º 3.º do DL 515/80, de 31 de outubro). A INDEP satisfaria prioritariamente os trabalhos da programação anual de qualquer dos ramos das forças armadas, assim como os trabalhos de emergência que como tal sejam reconhecidos pelo MDN. (§ 1 do art.º 5.º do DL 515/80, de 31 de outubro).
EMPORDEF / 1996	Criada pelo DL n.º 235-B/96, de 12 de dezembro , tendo capital subscrito pela entrega das ações da INDEP (al. b) do § 1 do art.º 2.º do DL n.º 235-B/96, de 12 de dezembro).	DL n.º 235-B/96, de 12 de dezembro O Programa do Governo, no capítulo reservado à defesa nacional, afirmava que «o Governo conferirá especial prioridade à reestruturação das indústrias de defesa, determinando quais os sectores que pelo seu valor estratégico devem permanecer no sector público, tendo em vista a sua racionalização e viabilização económica». O conjunto das empresas de defesa, OGMA e grupo INDEP, apresentou, em 1995, prejuízos superiores a 4100 milhares de contos, prevendo-se que, se não forem tomadas medidas de fundo, os prejuízos se manterão, tornando necessário o recurso sistemático ao Orçamento do Estado, já que algumas das empresas não têm capacidade para obter estes financiamentos no mercado, pelo menos na sua actual configuração de gestão.	DL n.º 235-B/96, de 12 de dezembro A sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas directa ou indirectamente às actividades de defesa, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. (§ 1 do art.º 3.º do DL n.º 235-B/96, de 12 de dezembro de, publicado no DR n.º 287, I Série – A, de 12 de dezembro de 1996). A gestão estratégica do grupo teria em conta os seguintes objectivos de política: Criação de operadores especializados nas áreas de negócios com viabilidade (quer pela sua capacidade competitiva quer pela sua necessidade estratégica) e posterior transformação em empresas; Eliminação progressiva das actividades inviáveis e das redundantes, acompanhada da concentração dos recursos e capacidades em empresas específicas ou da sua transferência para o sector privado, sempre que tal melhore a sua competitividade; (al. a) e b) do art.º 9.º do DL n.º 235-B/96, de 12 de dezembro de, publicado no DR n.º 287, I Série – A, de 12 de dezembro de 1996).



Apêndice C — Quadro conceptual

Tema	Alienação de Material de Guerra nas Forças Armadas.				
Objetivo Geral (OG)	Identificar formas de otimizar o processo de AMG, a fim de contribuir para a melhoria do seu ciclo de decisão.				
Objetivos Específicos (OE)	Pergunta de Partida	De que forma é possível otimizar o processo de AMG em Portugal?			
	Perguntas Derivadas (PD)	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de dados
OE1 Analisar o processo de AMG nacional face às orientações e diretivas nacionais.	PD1 De que forma o processo de AMG nacional acolhe as orientações e integra as diretivas nacionais?	Alienação Material de guerra Produtos e equipamentos relacionados com a defesa	FFAA Material de guerra	Tipo de material	Entrevistas estruturadas
OE2 Analisar o processo de AMG nacional face às orientações e diretivas internacionais.	PD2 De que forma o processo de AMG nacional acolhe as orientações e integra as diretivas internacionais?	Utilização final militar Sistema <i>Disposal</i> <i>Retirement</i>	Base legal	DL 48/89	Análise documental



Apêndice D — Questões da entrevista

1. Da análise do Decreto-Lei n.º 48/89, de 22 de fevereiro, verifica-se que não estão definidas modalidades para a alienação de material de guerra (a título de exemplo “com valorização”, para peças, para sucata, para efeitos museológicos) para a alienação de material de guerra. Consideraria importante essa definição?
2. Nos art.^{os} n.º 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-Lei 48/89, de 22 de fevereiro, são definidas as competências das entidades envolvidas no processo de AMG. É referido que a AMG se faz por intermédio da Direção Geral de Armamento (atual DGRDN), mas não refere se esta tem a competência própria para decisão de contratar. O órgão competente para a decisão de contratar é central ao nível do Código dos Contratos Públicos (CCP) em várias fases do processo. Entende que numa revisão/nova legislação a DGRDN deveria possuir esta competência?
3. Atendendo à envolvimento das alienações de material de guerra, com interessados e possíveis concorrentes a emergirem de países externos a Portugal e à União Europeia, entende que se deveria implementar o procedimento baseado no CCP? Que o concurso fosse publicado em plataforma eletrónica de contratação pública?
4. Entende ser importante a inclusão da figura do gestor do contrato à semelhança do CCP? Se sim, este deveria pertencer a que organismo? DGRDN ou ramo das Forças Armadas?
5. Atualmente, as entidades que enviam processos para alienação de material de guerra são os ramos das Forças Armadas. No caso de as Forças e Serviços de Segurança terem em sua posse material de guerra entende que as mesmas estão abrangidas pelo Decreto-Lei 48/89, de 22 de fevereiro? Se a resposta for não, entende que numa revisão/nova legislação para a AMG tal deveria ser considerado?
6. Efetuam distinção entre produtos relacionados com a defesa e material de guerra, ou consideram que o conceito é o mesmo?
7. Da pesquisa efetuada, o local onde se encontra uma lista com itens considerados material de guerra é no Código de Justiça Militar, Lei n.º 100/2003 de 15 de novembro, no seu art.º 7.º. A Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, referindo-se a produtos relacionados com a defesa, e contemplando uma lista dos bens e tecnologias militares designada de ML (*Military List*), que inicia na ML1 e termina na ML22.
Considera que estamos a falar do mesmo objeto (Material de Guerra / Produtos relacionados com a defesa)? Se sim, entende que essa uniformização permitiria uma



otimização de processos, uma melhoria de eficiência, mais tempo disponível para outras tarefas?

8. Nas notas gerais do Anexo I do regulamento (CE) n.º 428/2009, do Conselho, de 5 de maio de 2009, pag. 19, é referido que: “1. Para o controlo dos produtos concebidos ou modificados para uso militar, consultar a(s) lista(s) correspondente(s) de controlo do material de guerra mantida(s) por cada um dos Estados-Membros. As referências «VER TAMBÉM A LISTA DE MATERIAL DE GUERRA» contidas no presente anexo remetem para essas listas.” Esta Lista de Material de Guerra a que se refere o regulamento serão as categorias de ML descritas no anexo I da Lei n.º 37/2011 de 22 de junho, alteradas pelo decreto-lei n.º 98/2019, de 30 de julho (versão mais recente)?
9. Entende que seria importante existir legislação relativa à alienação de produtos de dupla utilização, atendendo a também existe uma necessidade de controlo das exportações, transferências, corretagens, trânsito e assistência técnica regulamentados pelo decreto-lei n.º 130/2015, de 9 de julho?
10. Existe alguma base de dados onde seja possível distinguir os produtos com a classificação de dupla utilização e de material de guerra? No caso da avaliação ser feita apenas no momento em que se prevê a sua alienação, entende que seria importante que esta “separação” fosse gerada no momento em que o bem fosse colocado em sistema? Quem analisa/define a classificação deste material?
11. Entende que uma revisão/nova legislação da lei 48/89, de 22 de setembro é necessária? Se sim, deveria esta ser concebida no sentido de se prever um conjunto de artigos específicos no que à AMG diz respeito, e definida a direção relativa aos procedimentos para a formação dos contratos ser assente no CCP, à semelhança do que sucede com o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro?
12. Entende que uma revisão/nova legislação relativa à AMG/Produtos relacionados com a defesa, atendendo às modificações decorrentes ao nível de conceitos, fatores ambientais e processuais, estruturas orgânicas, etc., de mais de 30 anos passados, permitiria uma otimização de recursos materiais e humanos dos diferentes organismos envolvidos no processo?